Laboratório para Redução da Violência

Mensurando a Violência e o Crime Organizado no Brasil

Relatório Final

Novembro de 2026

Ficha Técnica

Projeto: Mensurando a Violência e o Crime Organizado no Brasil

Financiamento: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

AUTORIA

Autores

Joana Monteiro

Mathias Lusquiños

Edição

Joana Monteiro

Mathias Lusquiños

Ana Paula Pellegrino

Yasmin Santos

EQUIPE DO PROJETO

Coordenação do Projeto

Joana Monteiro

Equipe

Joana Monteiro, Mathias Lusquiños, Yasmin Santos, Lucas Simões e Ana Paula Pellegrino.

Como citar este documento

Leme – Laboratório para a Redução da Violência. *Mensurando a Violência e o Crime Organizado no Brasil*. Rio de Janeiro, novembro de 2026.

Rio de Janeiro, 2026

©2026, Leme – Laboratório para a Redução da Violência.

Este documento integra as entregas do projeto "Mensurando a Violência e o Crime Organizado no Brasil", desenvolvido pelo Leme – Laboratório para a Redução da Violência com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento sistematiza os dados disponíveis sobre crime, violência e crime organizado no Brasil, avalia a qualidade desses dados e propõe uma agenda para melhorar a mensuração dos grupos criminosos organizados.

SUMÁRIO

1. Introdução 8

2. Coleta e organização dos dados 9

2.1. Definição de conceitos-chave 9

2.2. Fontes de dados 11

2.3. Classificação dos homicídios no Brasil 21

3. Crime e violência no Brasil 22

3.1. Tendências dos crimes violentos 22

3.1.1. Homicídios e letalidade policial 24

3.1.2. Percepção de insegurança 26

3.1.3. Vitimização criminal 27

3.2. Capacidade estatal 29

3.2.1. Taxa de esclarecimento de homicídios 29

3.2.2. Qualidade dos registros de crimes 31

4. Crime organizado 33

4.1. Presença do crime organizado no Brasil 33

4.1.1. Presença de grupos criminosos organizados nos sistemas prisionais estaduais 34

4.1.2. Pesquisa nacional de vitimização do governo 35

4.1.3. Pesquisas conduzidas por organizações da sociedade civil e pela academia 38

4.2. Violência associada a GCOs nos municípios 41

4.3. Tendências das atividades de grupos criminosos organizados 44

4.3.1. Tendências da violência promovida por grupos criminosos com dados do ACLED 44

4.3.2. Google Trends como proxy para identificar grupos criminosos no nível estadual 48

5. Avaliação da qualidade dos dados e análise de correlação 50

5.1. Análise de correlação entre a taxa de homicídios, os tiroteios e os eventos violentos associados a grupos criminosos nos municípios brasileiros 51

5.2. Análise de correlação entre as proxies da presença de GCOs na PNAD e com as taxas de homicídios 54

5.3. Análise de regressão com fatores de risco sociais como variáveis independentes .. 57

6. Uma agenda para medir grupos criminosos organizados 59

6.1. Limitações dos dados 59

6.2. Caminhos para coletar mais dados 62

6.2.1. Pesquisas de vitimização aplicadas pelo governo 63

6.2.2. Bases de dados de disque-denúncia 67

6.2.3. Dados georreferenciados de colaboração coletiva vindos de redes sociais e aplicativos móveis 69

6.2.4. Mapas de áreas de alto risco desenvolvidos por empresas privadas 70

6.2.5. Iniciativas da sociedade civil para identificar a presença de GCOs 71

7. Conclusão 72

Referências 74

FIGURAS

Figura 1 – Diferentes categorias de mortes por causas externas (2025, preliminar) 22
Figura 2 – Taxa de homicídios no Brasil por 100 mil habitantes (1980-2025) 23
Figura 3 – Taxa de homicídios nas regiões brasileiras (número de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes) 23
Figura 4 – Taxa de homicídios por estado e por capital, por 100 mil habitantes (2025) 24
Figura 5 – Número de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial em comparação com o total de homicídios - 2013 a 2025 25
Figura 6 – Número de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial por estado 25
Figura 7 – Respostas à pergunta “No seu dia a dia, qual a chance de você ser vítima de...?” (% que responde alta ou média) 27
Figura 8 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais em domicílios com algum morador roubado nos últimos 12 meses (quarto trimestre de 2021) 28
Figura 9 – Percentual de pessoas que consideram alta ou média a chance de ser assaltadas ou roubadas com violência na rua x Taxa de vitimização 29
Figura 10 – Taxas de esclarecimento de homicídios em 2023 31
Figura 11 – Registros policiais de roubo por 100 mil habitantes nos estados brasileiros 32
Figura 12 – Taxa de vitimização x Registros policiais de roubo por 100 mil habitantes 33
Figura 13 – Mapa da presença de grupos criminosos no sistema prisional por estado 34
Figura 14 – Percentual de domicílios que relataram tiroteios e brigas com armas de fogo nas redondezas do domicílio nas capitais brasileiras 36
Figura 15 – Percentual de domicílios que relataram extorsão nas capitais brasileiras 37
Figura 16 – Percentual de domicílios que relataram ter visto civis andando com armas de fogo nas capitais brasileiras 38

Figura 17 – Presença e atividade de grupos armados (pesquisa com abordagem em pontos de fluxo) 40
Figura 18 – Percentual de pessoas em Fortaleza que ouviram falar da presença de facções criminosas nas redondezas ou no bairro de sua casa 41
Figura 19 – Percentual de moradores de favelas que apontam quem intervém na resolução de conflitos 41
Figura 20 – Presença de grupos criminosos organizados no Brasil (2018-2025) segundo projetos de monitoramento de conflitos 42
Figura 21 – Presença do PCC no Brasil (2018-2025), segundo projetos de monitoramento de conflitos 44
Figura 22 – Municípios com presença de eventos violentos associados a grupos criminosos no Brasil (2018-2025) 46
Figura 23 – Total de eventos violentos associados a grupos criminosos no Brasil (2018-2025) 46
Figura 24 – Municípios com presença de eventos violentos associados a grupos criminosos por região 47
Figura 25 – Total de eventos violentos associados a grupos criminosos por região 48
Figura 26 – Número de estados brasileiros onde o PCC, o CV e a Família do Norte (FDN) têm presença significativa (2004-2021) 50
Figura 27 – Nível médio de atividade nos estados do PCC, do CV e da FDN (2004-2021) 50
Figura 28 – Taxa de homicídios vs. eventos violentos ligados a GCOs nos municípios brasileiros, segundo o ACLED, 2025* 52
Figura 29 – Taxa de homicídios vs. díades de conflito ligadas a GCOs nos municípios brasileiros, segundo o UCDP, 2025* 52
Figura 30 – Tiroteios vs. eventos violentos ligados a GCOs nas capitais brasileiras, segundo o ACLED, 2021 53
Figura 31 – Tiroteios vs. díades de conflito ligadas a GCOs nas capitais brasileiras, segundo o UCDP, 2021 54

Figura 32 – Tiroteios vs. taxa de homicídios nas capitais brasileiras em 2021 55
Figura 33 – Tiroteios vs. roubos nas capitais brasileiras em 2021 55
Figura 34 – Extorsão vs. roubos nas capitais brasileiras em 2021 56
Figura 35 – Presença de civis armados vs. roubos em 2021 56
Figura 36 – Taxa de homicídios (ln) pela proporção de entrevistados que ouviram falar ou viram grupos violentos ou gangues perto de casa - México (2021) 61

TABELAS

Tabela 1 – Conjuntos de dados do repositório e breve descrição do que medem 13
Tabela 2 – Correlação entre indicadores e proxies da violência dos GCOs e características municipais no Brasil (2018-2022) 59

1. Introdução

A violência e o crime organizado têm recebido atenção especial na América Latina e no Caribe nos últimos anos. Violência e crime aparecem como a principal preocupação nacional em países como Brasil e Argentina (Valente e Vacchiano, 2021), e países relativamente pacíficos até anos recentes, como Equador, Uruguai, Chile e Costa Rica, registraram aumento recente nas taxas de homicídios (UNODC, 2023a).

Historicamente, a América Latina e o Caribe têm as maiores taxas de homicídios do mundo, padrão muito ligado à presença de grupos criminosos organizados (GCOs). No entanto, vários desafios dificultam a mensuração precisa desse problema e, por consequência, seu enfrentamento. Entre eles estão a falta de uma definição comum de crime organizado, a escassez de indicadores diretos (que leva a uma dependência excessiva de métricas indiretas), as dificuldades de coleta de dados e a fragmentação das informações criminais entre diferentes órgãos de governo (Monteiro e Caballero, 2021; UNODC, 2023a; UNODC, 2023b).

No Brasil, embora as taxas de homicídios tenham caído nos últimos anos, as regiões Norte e Nordeste ainda são marcadas por conflitos entre os dois maiores GCOs nacionais, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que disputam novos mercados e rotas de importação e exportação de drogas (Stahlberg, 2022; UNODC e CoE, 2022; UNODC, 2023a).

O Brasil também enfrenta os mesmos desafios de outros países latino-americanos para medir a presença e as atividades dos GCOs, assim como outras formas de criminalidade e violência (e sofre em especial com a extrema inconsistência na disponibilidade de dados entre os estados), o que torna ainda mais difícil enfrentar o problema e suas causas (Monteiro e Caballero, 2021).

Para tratar de algumas dessas questões e oferecer um panorama do crime organizado e da criminalidade no Brasil nos últimos anos, o Cluster de Segurança Cidadã e Justiça da

Divisão de Inovação para Servir ao Cidadão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) encomendou este relatório.

O relatório tem cinco objetivos:

1) Coletar, sistematizar e organizar dados em seis dimensões distintas:
   (i) Crime e violência.
   (ii) Grupos criminosos e crime organizado.
   (iii) Economias ilegais.
   (iv) Fatores de risco para o crime e a violência.
   (v) Polícia e aplicação da lei.
   (vi) Capacidade estatal.
2) Analisar tendências da violência e do crime organizado.
   Correlacionar diferentes tipos de dados das temáticas de segurança pública e avaliar sua qualidade.
3) Indicar limitações dos dados e lacunas de conhecimento.
4) Propor uma agenda para melhorar a coleta de dados sobre o crime organizado no Brasil.

Este projeto integra uma iniciativa mais ampla do BID para construir uma base de dados sobre crime e violência nos países da América Latina e do Caribe. A iniciativa inclui a criação de indicadores-chave para as dimensões mencionadas acima e o desenvolvimento de uma metodologia comum para identificar regiões dominadas pelo crime organizado e por grupos criminosos organizados.

2. Coleta e organização dos dados

2.1. Definição de conceitos-chave

A segurança pública envolve diferentes dimensões. Este relatório se concentra nos seis aspectos enumerados acima: crime e violência, grupos criminosos e crime organizado,

economias ilegais, fatores de risco para o crime e a violência, polícia e aplicação da lei, e capacidade estatal.

Na primeira dimensão de análise, crime, violência e percepção de insegurança (ou medo) são conceitos distintos e medidos de formas diferentes (Monteiro e Caballero, 2021).

- Crime é todo ato ilegal segundo o ordenamento jurídico de determinado território. Neste trabalho, o foco recai sobre os principais crimes contra o patrimônio (roubos totais, roubo a transeunte, roubo de veículos, roubo de carga, estelionato e furtos), os crimes contra a vida (homicídios dolosos e mortes decorrentes de intervenção policial) e os crimes diretamente ligados à dinâmica do crime organizado (como a extorsão).
- Violência abrange tanto eventos criminais (por exemplo, homicídios e crimes contra o patrimônio) quanto eventos raramente registrados como crimes (por exemplo, exposição a agressões verbais ou a tiroteios). Neste trabalho, o foco recai sobre a mensuração da violência que ocorre durante crimes contra o patrimônio e na atuação do crime organizado.
- Percepção de insegurança (ou medo) é uma experiência profundamente subjetiva, volátil por natureza e relacionada às representações sociais dos riscos presentes no contexto em que o indivíduo vive (Trindade e Durante, 2019). No presente trabalho, analisamos esse fenômeno com os resultados das pesquisas nacionais de vitimização brasileiras.

Em relação a grupos criminosos e crime organizado, é preciso diferenciar o conceito mais amplo de crime organizado do conceito de grupos criminosos organizados:

- Crime organizado, segundo a definição mais genérica contida na legislação dos Estados Unidos, abrange as diversas atividades ilegais de uma associação organizada e disciplinada de indivíduos cujo objetivo é a oferta de bens e serviços ilícitos (do jogo ilegal ao tráfico de drogas, entre outros crimes), conforme descreve Finckenauer (2005). No Brasil, a Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa como a associação de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, que

busca obter vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais com pena máxima superior a quatro anos ou de caráter transnacional (Brasil, 2013).

- Grupos criminosos organizados, segundo a definição de Monteiro *et al.* (2022), se caracterizam por três elementos: têm capacidade coercitiva e militar, usam essa capacidade para controlar territórios onde operam empreendimentos lucrativos e governam diversos aspectos da vida de civis e de criminosos.

Este relatório se concentra no estudo dos grupos criminosos organizados, cujo conceito é mais específico e bem definido e permite uma mensuração mais objetiva (mesmo considerando as possíveis ambiguidades em caracterizar como GCOs certas entidades que atuam à margem da lei).

O escopo do relatório também cobre outras quatro dimensões:

- Economias ilegais: atividades ilícitas tipicamente realizadas por grupos criminosos organizados, que servem de fonte de renda para essas entidades, como o tráfico de drogas, o desmatamento ilegal (sobretudo na floresta amazônica, no caso do Brasil) e o tráfico de pessoas.
- Fatores de risco: circunstâncias socioeconômicas que tornam certos territórios e grupos sociais mais vulneráveis ao crime e à violência. Os fatores de risco incluem desemprego, pobreza e acesso fácil a armas de fogo.
- Polícia e aplicação da lei: conjunto de ações de combate ao crime realizadas pelas forças de segurança do Estado, como prisões e apreensões de drogas e armas.
- Capacidade estatal: acesso dos cidadãos ao sistema de Justiça e aos serviços de assistência social, assim como a eficiência das instituições do Estado em geral.

2.2. Fontes de dados

A coleta de dados incluiu 31 temas nas seis dimensões detalhadas na subseção acima (e outros três temas classificados como “Dados gerais”). A base de dados completa, com todos os conjuntos de dados, está disponível no repositório BrazilCrimeData.

Cada pasta do repositório corresponde a um tema específico.

Os nomes dos arquivos deste repositório seguem um padrão detalhado, que facilita a identificação dos diferentes conjuntos de dados. O padrão é [Assunto]_[Granularidade]_[UnidadeDeTempo]_[Fonte] (por exemplo, Crimes&Deaths_ States_Year_AFBSP ou Murder_Municipalities_Month_MinistryJustice).

Cada pasta do repositório contém um arquivo ReadMe próprio, com uma descrição geral dos conjuntos de dados e um dicionário de dados que ajuda os usuários a navegar pelos dados e a entender as variáveis disponíveis. Na maioria dos casos, um único arquivo ReadMe cobre vários conjuntos de dados.

A **Tabela 1** abaixo apresenta a lista completa de indicadores e conjuntos de dados disponíveis para cada tema, com a granularidade geográfica, a periodicidade disponível (incluindo o início da série histórica) e a fonte dos dados.

Tabela 1 – Conjuntos de dados do repositório e breve descrição do que medem

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
Crime e violência	**Mortes**	Homicídios, mortes violentas em geral e suicídios.	Crimes&Deaths_States_Year_AFBSP	csv	Mortes violentas: 2006-2025 Mortes decorrentes de intervenção policial: 2012-2025 Mortes de policiais: 2016-2025 Suicídios de policiais: 2017-2025 2025 preliminar	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a)
			DeathsByType_Municipalities_Year_MinistryHealth	csv	1996-2024 (2025 preliminar, em arquivo separado)	Ministério da Saúde (2026)
			Murder_Municipalities_Month_MinistryJustice	csv	Janeiro de 2015 a setembro de 2026 (2026 parcial)	Ministério da Justiça (2026)
			ViolentDeaths_Municipalities_Month_MinistryHealth	csv	1996-2024 (2025 preliminar, em arquivo separado)	Ministério da Saúde (2026)
	Vitimização por crimes contra o patrimônio	Incidência de crimes contra o patrimônio nos estados e nas oito capitais mais populosas.	Crimes&Deaths_States_Year_AFBSP	csv	Roubo de celulares: 2018-2025 Roubo de veículos: 2005-2025 Roubo a transeunte: 2017-2025 Roubo de carga: 2008-2025 Roubos totais: 2008-2025 Furto de celulares: 2018-2025 Furto de veículos: 2013-2025 Estelionato: 2018-2025 2025 preliminar	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a)

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
			PropertyCrimes_StateCapital_Year_SecretarySecurity	csv	2014-2025	Instituto de Segurança Pública (2026) Secretaria da Segurança Pública da Bahia (2026) Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (2026) Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – Governo do Estado do Ceará (2026) Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (2026) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (2026) Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (2026) Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (2026)
		Taxa de vitimização por crimes contra o patrimônio.	NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
	Percepção de insegurança	Percepção da população sobre a insegurança nas redondezas do domicílio.	NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
	Vitimização policial	Mortes de policiais.	Crimes&Deaths_States_Year_AFBSP	csv	2016-2025 (2025 preliminar)	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a)
Grupos criminosos e crime organizado	**Presença de grupos criminosos**	Informações sobre a presença e a atividade	CriminalGroupsPresence_Municipalities_Year_ACLED	xlsx	Janeiro de 2018 a novembro de 2025	Armed Conflict Location & Event Data (2026)

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
		violenta de organizações criminosas.	CriminalGroupsPresence_Municipalities_Year_UCDP	xlsx	1993-2025	Uppsala Conflict Data Program (2026)
			NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	xlsx	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
			NamesCriminalGroups_State_Year_SENAPPEN	xlsx	2023	Ministério da Justiça (2023)
			PrisonSystemPresence_States_Year_SENAPPEN	xlsx	2023	Ministério da Justiça (2023)
Economias ilegais	**Garimpo ilegal**	Atividades de garimpo ilegal na Amazônia.	IllegalMining_Polygons_Year_RAISG	dbf, prj, shp, shx e xlsx	2013-2020	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (2022)
	Desmatamento	Informações sobre desmatamento e queimadas em todos os biomas brasileiros.	Deforestation_Polygons_Year_INPE	dbf, prj, shp, shx e csv	Biomas fora da Amazônia Legal: 2004-2025 Amazônia Legal: 2008-2025 (2024-2025 em arquivo separado)	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2026a)
			Wildfires_GeoPoints_Year_INPE	dbf, prj, shp, shx e csv	2003-2025 (2023-2025 e 2026 parcial, em arquivos separados)	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2026b)
	Tráfico de pessoas	Microdados de ocorrências de tráfico de pessoas vindos de um disque-denúncia.	HumanTrafficking_Municipalities_Year_MinistryHumanRights_2011_2019	xlsx	2011-2019	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (2026)
			HumanTrafficking_Municipalities_Year_MinistryHumanRights_2020_2024	xlsx	Julho de 2020 a dezembro de 2024	
			HumanTrafficking_Municipalities_Year_MinistryHumanRights_2025_2026	xlsx	Janeiro de 2025 a setembro de 2026 (2026 parcial)	
	Ocorrências com armas de fogo - furtos, roubos e	Informações sobre ocorrências com armas de fogo (furtos, roubos e	FirearmsOccurrences_Municipalities_Month_SINARM	csv	Janeiro de 1965 a outubro de 2026 (2026 parcial)	Polícia Federal (2026a)

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
	apreensões	apreensões).	FirearmsOccurrences_Municipalities_Month_SINARM_NumberOfFirearms	csv	Janeiro de 1965 a outubro de 2026 (2026 parcial)	Polícia Federal (2026a)
	Operações contra crimes aduaneiros	Operações voltadas a atividades criminosas ligadas à aduana.	CustomsCrimesOperations_States_Day_PALAS	xlsx	Janeiro de 2021 a janeiro de 2024	Polícia Federal (2026b)
Fatores de risco para a criminalidade	**Desigualdade**	Coeficiente de Gini dos estados brasileiros.	Gini_Coefficient_States_Year_IBGE	csv	2012-2025	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026d)
	Educação	Dados sobre desempenho escolar, taxas de evasão e escolaridade da população adulta.	DropoutRates_Municipalities_Year_MinistryEducation	csv	2008-2022	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2026a)
			EducationLevelAdults_States_Year_IBGE	csv	2016-2025 (sem dados para 2020 e 2021)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026d)
			EducationLevelAdults_StatesCapitals_Year_IBGE	csv	2016-2025 (sem dados para 2020 e 2021)	
			SchoolPerformance_Municipalities_Year_MinistryEducation	csv	2005-2025 (anos ímpares; ensino médio a partir de 2017)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2026b)
	Estabelecimentos prisionais	Informações sobre a infraestrutura dos estabelecimentos prisionais e sobre os presos.	PrisonSystem_Facilities_Semester_SISDEPEN	xlsx	Segundo semestre de 2016 a segundo semestre de 2025	Ministério da Justiça e Segurança Pública (2026)
	Mortes por overdose	Dados sobre mortes relacionadas a overdose.	DeathsByType_Municipalities_Year_MinistryHealth	csv	1996-2024 (2025 preliminar, em arquivo separado)	Ministério da Saúde (2026)
	Pobreza	Famílias em situação de pobreza nos municípios brasileiros (dados do CadÚnico).	FamiliesinPoverty_Municipalities_Month_MinistrySocialAssistance	csv	Abril de 2015 a outubro de 2024	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024b)

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
	PIB	Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros.	GDP_Municipalities_Year_IBGE	csv	2002-2023	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026b)
	Acesso a armas de fogo	Acesso a armas de fogo (autorizações, pedidos de autorização, situação das autorizações e uma proxy do acesso a armas de fogo), conforme informado pela Polícia Federal (não inclui todas as armas de fogo em posse de civis no Brasil).	ApplicationsFirearms_Municipalities_Month_SINARM	csv	2019 a outubro de 2026 (2026 parcial)	Polícia Federal (2026a)
			PermitsFirearms_Municipalities_Month_SINARM	csv	1986 a outubro de 2026 (2026 parcial)	
			RegistrationFirearms_Municipalities_Month_SINARM	csv	1965 a outubro de 2026 (2026 parcial)	
			DeathsByType_Municipalities_Year_MinistryHealth	csv	1996-2024	Ministério da Saúde (2026)
	Crise climática	Indicadores de risco climático.	ClimateCrisisIndicators_Municipalities_Year_ MinistryScienceTechnology	xlsx	Indicadores de deslizamentos, enchentes, enxurradas, inundações e secas: 2015 Indicadores de segurança energética: 2019	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2019)
	Desemprego	Taxas de desemprego de diferentes grupos sociais nos estados e capitais brasileiros.	UnemploymentRates_States_Quarter_IBGE	csv	2012 ao segundo trimestre de 2026	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026d)
			UnemploymentRates_StatesCapitals_Quarter_IBGE	csv	2012 ao segundo trimestre de 2026	
Polícia e aplicação da lei	**Taxas de esclarecimento de homicídios**	Taxas de esclarecimento de homicídios sistematizadas pelo Instituto Sou da Paz.	HomicideClearenceRates_States_Year_InstitutoSoudaPaz	xlsx	2015 a 2023 (não disponível para todos os estados com dados em todo o período)	Instituto Sou da Paz (2025)
	Instalações policiais	Localização de diferentes instalações policiais (não é uma lista exaustiva de todas as instalações policiais do território brasileiro).	PoliceFacilities_Year_GeoPoints_OpenStreetMaps	dbf, prj, shp, shx e xlsx	2026	Humanitarian Data Exchange (2026)

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
	Nível de confiança nas instituições de segurança	Informações sobre a confiança da população nas instituições de segurança.	NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
	Nível de policiamento	Dados sobre os níveis de policiamento nas redondezas do domicílio.	NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
	Brutalidade policial	Variáveis relacionadas à brutalidade policial (pesquisa domiciliar e mortes decorrentes de intervenção policial).	NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
			Crimes&Deaths_States_Year_AFBSP	csv	2012-2025 (2025 preliminar)	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a)
	Efetivo das forças de segurança	Efetivo das forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil e forças de segurança federais).	SecurityPersonnel_State_Year_FBSP	xlsx	2023 e 2025	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023b) e (2026b)
			FederalSecurityPersonnel_Country_Year_FBSP	xlsx	2023 e 2025	
	Operações de apreensão de drogas	Informações sobre operações de apreensão de drogas nos estados brasileiros (conforme informado pela Polícia Federal).	DrugTraffickingOperations_States_Day_PALAS	xlsx	Janeiro de 2021 a janeiro de 2024	Polícia Federal (2026b)
Capacidade estatal	**Tribunais brasileiros**	Dados sobre a localização dos principais tribunais brasileiros.	CourtsBrazil_GeoPoints_Year_CNJ	dbf, prj, shp, shx e kml	2022	Conselho Nacional de Justiça (2024b)
	Serviços de assistência social	Serviços e equipamentos de assistência social (e outros indicadores de vulnerabilidade social no nível dos equipamentos	CentroPOPServices_Facilities_Month_MinistrySocialAssistance	xlsx	2017-2023	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024a)
			CRASServices_Facilities_Month_MinistrySocialAssistance	csv e xlsx	2017-2023	
			CREASServices_Facilities_Month_MinistrySocialAssistance	csv e xlsx	2017-2023	

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
		de assistência social).	PresenceSocialAssistanceFacilities_State_Year_ MinistrySocialAssistance	csv e xlsx	2018-2024	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2026)
	Nível de satisfação com o sistema de Justiça	Dados sobre o nível de satisfação e confiança no sistema de Justiça entre a população em geral e os profissionais do direito.	AssessmentJudicialSystem_Country_Year_FGV	xlsx	2017 e 2021	Fundação Getulio Vargas (2021)
			TrustInstitutions_Country_Year_FGV	xlsx	2011-2021	
			SatisfactionLawProfessionalJustice_State_Year_CNJ	xlsx	2022	Conselho Nacional de Justiça (2023)
			SatisfactionPopulationJudicialSystem_State_Year_CNJ	xlsx	2022	
			NationalHouseholdSurvey_Year_Municipalities_PNAD	csv	2021	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
	Produtividade judicial	Indicadores que servem de proxy do nível de produtividade do sistema de Justiça nos estados brasileiros.	JudicialProductivity_States_Year_CNJ	xlsx	2020-2023	Conselho Nacional de Justiça (2024a)
Dados gerais	**População**	População de cada município brasileiro (1980-2026) e população por sexo e faixa etária (2000-2025).	Population_Municipalities_Year_TCU	xlsx e csv	1980-2026	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026a)
			PopulationAgeSex_Municipalities_Year_MinistryHealth	xlsx e csv	2000-2025	Ministério da Saúde (2025)
	Infraestrutura de transportes	Dados sobre aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e hidrovias em todo o território brasileiro.	TransportationInfrastructure_Municipalities_Year_ MinistryInfrastrucutre	xlsx e csv	Infraestrutura rodoviária federal: 2013-2026 (sem dados disponíveis para 2014) Aeroportos, portos e ferrovias: 2024 Hidrovias: 2024 e 2026	Ministério dos Transportes (2026)
			Airports_GeoPoints_Year_MinistryInfrastructure	dbf, prj, shp, shx, kml e csv	2024	

Dimensão	Tema	Descrição	Conjuntos de dados	Formato	Disponibilidade	Fonte
			Highways_Lines_Year_MinistryInfrastructure	dbf, prj, shp, shx, kml e csv	2017-2026	
			Ports_GeoPoints_Year_MinistryInfrastructure	dbf, prj, shp, shx, kml e csv	2024	
			Railways_Lines_Year_MinistryInfrastructure	dbf, prj, shp, shx, kml e csv	2024	
			Waterways_Lines_Year_MinistryInfrastructure	dbf, prj, shp, shx, kml e csv	2024 e 2026	
	Mapa dos municípios brasileiros	Mapa dos municípios brasileiros em 2025.	MapBrazilianMunicipalities_Polygons_Year_IBGE	dbf, prj, shp, shx, kml e geojson	2025	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026c)

Fonte: elaboração própria com base nas referências da tabela.

2.3. Classificação dos homicídios no Brasil

Cada país registra e contabiliza as mortes de forma diferente. Essa diferença de terminologia raramente é discutida nas comparações de dados de homicídios entre países. Não é incomum encontrar relatórios que apresentam um panorama mundial dos homicídios e dão pouca atenção ao que é registrado como homicídio, como vemos em UNODC (2023b). Sem uma especificação clara de como as diferentes formas de morte são categorizadas, não é possível comparar as várias fontes sobre o tema.

Este relatório se baseia principalmente em dados de saúde pública, que têm informações mais completas sobre homicídios do que as fontes da justiça criminal (Monteiro e Caballero, 2021; UNODC, 2023b). Os dados de saúde pública vêm do Sistema de Informação sobre Mortalidade (Ministério da Saúde, 2026), que usa a CID-10 para classificar todas as mortes ocorridas em todo o território brasileiro.

Consideramos como homicídios o número de mortes violentas intencionais, que abrangem as mortes registradas como agressões ou Crimes Violentos Letais Intencionais (códigos X85 a Y09 da CID-10) e as mortes decorrentes de intervenções legais e operações de guerra ou Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (códigos Y35 e Y36 da CID-10). Essa classificação não inclui os homicídios culposos (como os acidentes de trânsito), as mortes autoprovocadas (como a intoxicação por drogas) e outras causas externas de morte indeterminadas.

A **Figura 1** apresenta as diferentes classificações das mortes por causas externas.

Figura 1 – Diferentes categorias de mortes por causas externas (2025, preliminar)



*Crimes Violentos Letais Intencionais + Mortes Decorrentes de Intervenção Policial = Mortes Violentas Intencionais

Fonte: Ministério da Saúde (2026). Nota: os dados de 2025 são preliminares, o que infla as mortes indeterminadas e reduz as causas específicas. O tamanho de cada quadrado representa o tamanho relativo de cada categoria em número de mortes.

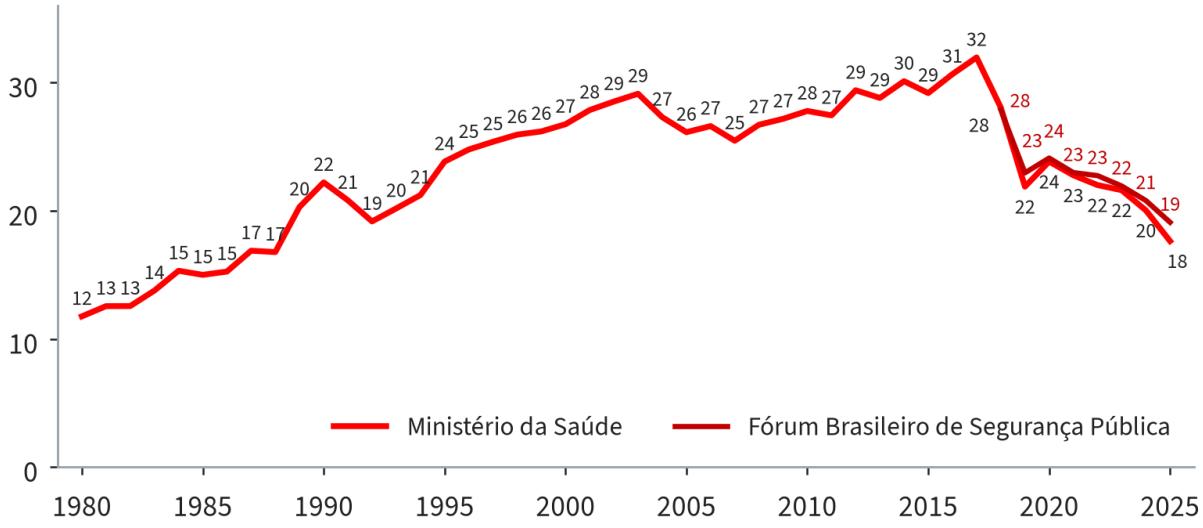
3. Crime e violência no Brasil

Esta seção analisa as principais tendências dos homicídios e das proxies da presença do crime organizado, assim como o esclarecimento de homicídios e a qualidade dos registros criminais.

3.1. Tendências dos crimes violentos

Desde 2017, os homicídios caíram de forma rápida e substancial no Brasil, como mostra a **Figura 2**. Essa queda foi mais acentuada de 2017 a 2019, quando a taxa de homicídios passou de cerca de 32 por 100 mil habitantes para 22 por 100 mil.

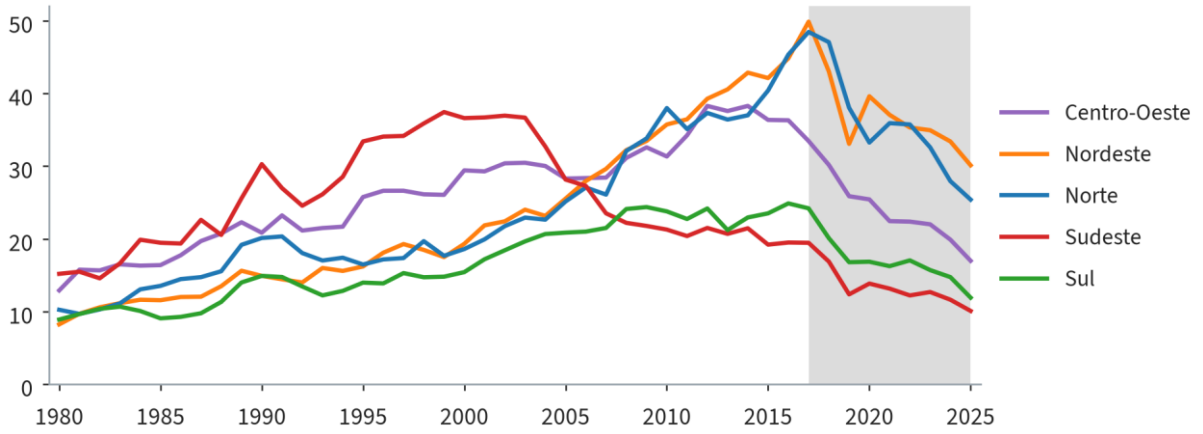
Figura 2 – Taxa de homicídios no Brasil por 100 mil habitantes (1980-2025)[1]



Fonte: Ministério da Saúde (2026) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a). Nota: os dados de população vêm de Ministério da Saúde (2025) a partir de 2013.

Embora tenha ocorrido em todas as regiões do Brasil, essa queda foi particularmente acentuada no Norte e no Nordeste, que concentram a maior parte dos homicídios do país. A **Figura 3** mostra que a variação nessas duas regiões entre 2017 e 2025 é muito semelhante, enquanto as demais regiões brasileiras seguem trajetórias mais distintas.

Figura 3 – Taxa de homicídios nas regiões brasileiras (número de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes)

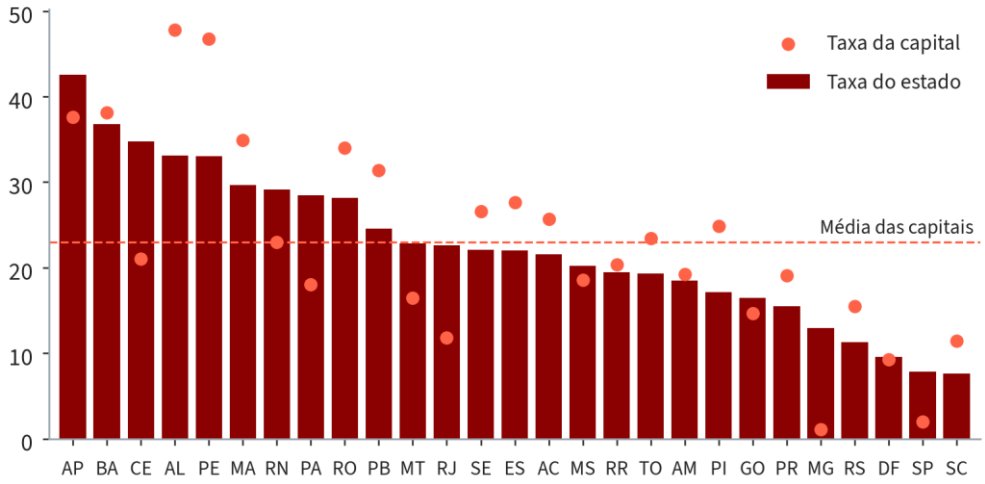


Fonte: Ministério da Saúde (2026). Nota: população do Ministério da Saúde (2025) a partir de 2013.

[1] Para calcular a taxa de homicídios na **Figura 2**, usamos tanto dados de saúde pública sobre mortes violentas intencionais (Ministério da Saúde, 2026) quanto dados de homicídios do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026a), para verificar se há discrepâncias significativas. Como se pode observar, não há grande diferença nos valores, e a tendência também é muito semelhante.

As taxas de homicídios variam muito entre os estados e suas capitais (ver **Figura 4**). Os estados das regiões Sul e Sudeste (como São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) têm as menores taxas de homicídios, enquanto os estados das regiões Norte e Nordeste (Amapá, Bahia, Ceará e Alagoas) têm as maiores. A **Figura 4** também indica as taxas das capitais e mostra que 59% delas têm taxas de homicídios superiores à média do estado.

Figura 4 – Taxa de homicídios por estado e por capital, por 100 mil habitantes (2025)



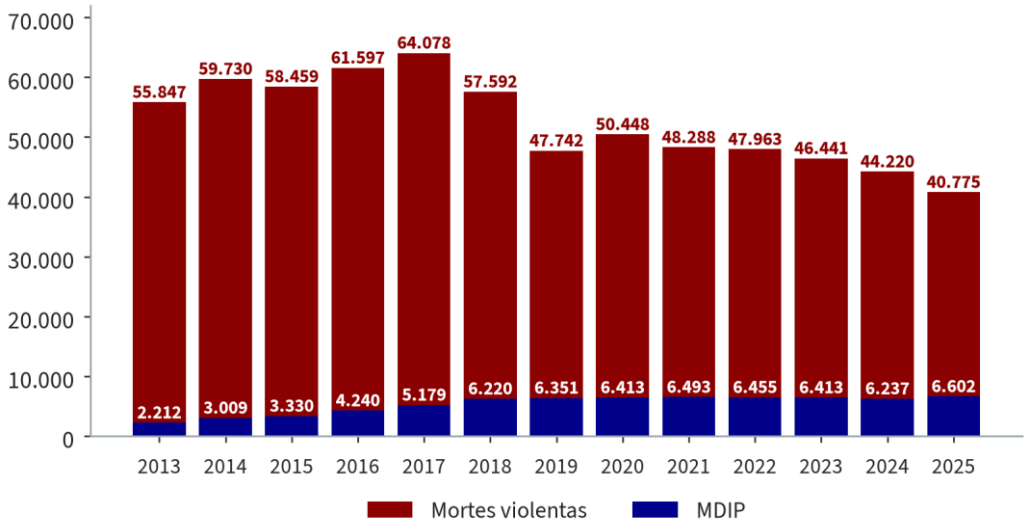
Fonte: Ministério da Saúde (2026) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a).

3.1.1. Homicídios e letalidade policial

O Brasil divulga oficialmente o número de mortes causadas por policiais, indicador conhecido como Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP). São mortes em que os policiais reconhecem ter sido os autores e justificam sua ação alegando que a pessoa não obedeceu aos comandos policiais. Esses casos costumam seguir um processo de responsabilização diferente e não incluem todas as mortes causadas por policiais.[2] O número de MDIP aumentou substancialmente desde 2013 (como mostra a **Figura 5**) e, em 2025, correspondeu a 16% de todas as mortes violentas intencionais no Brasil. Essa alta proporção de mortes causadas pela polícia indica níveis elevados de brutalidade policial.

[2] Mortes causadas por policiais em situações em que a vítima claramente não poderia ter reagido à intervenção policial são registradas como homicídios.

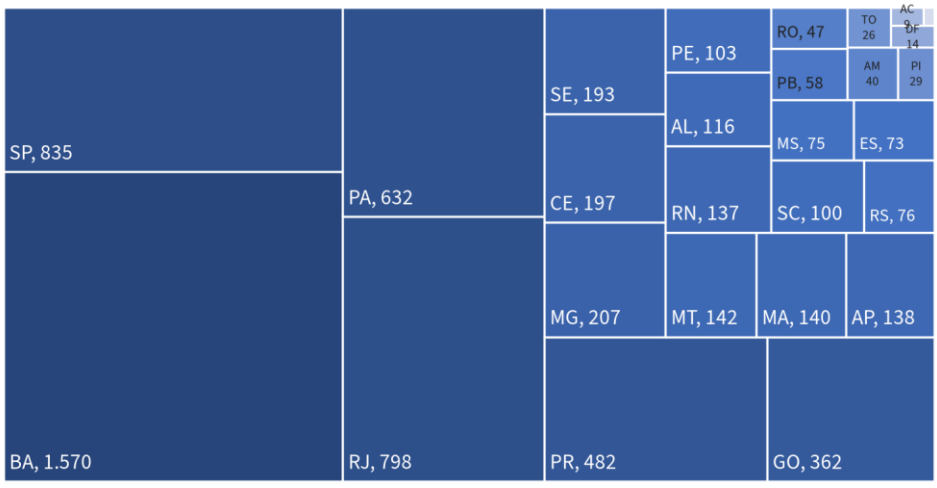
Figura 5 – Número de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial em comparação com o total de homicídios - 2013 a 2025



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a). Nota: o total de MDIP de 2014 exclui Rio Grande do Norte e Roraima (dados não disponíveis); os dados de 2025 estão sujeitos a revisão.

As MDIP estão muito concentradas em um grupo restrito de estados: 65% dessas mortes ocorreram em 5 das 27 unidades federativas brasileiras (Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraná). A **Figura 6** indica a contribuição de cada estado para o total de mortes causadas pela polícia no Brasil (o tamanho do retângulo na imagem corresponde à proporção de MDIP do estado em relação ao total do Brasil).

Figura 6 – Número de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial por estado



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a). Nota: dados de 2025, sujeitos a revisão.

Goiás, Paraná e Mato Grosso têm números de MDIP relativamente altos em comparação com outros estados com taxas de homicídios mais altas e populações maiores, o que indica que não há correlação automática entre maior intensidade de homicídios e prevalência de mortes causadas pela polícia.

3.1.2. Percepção de insegurança

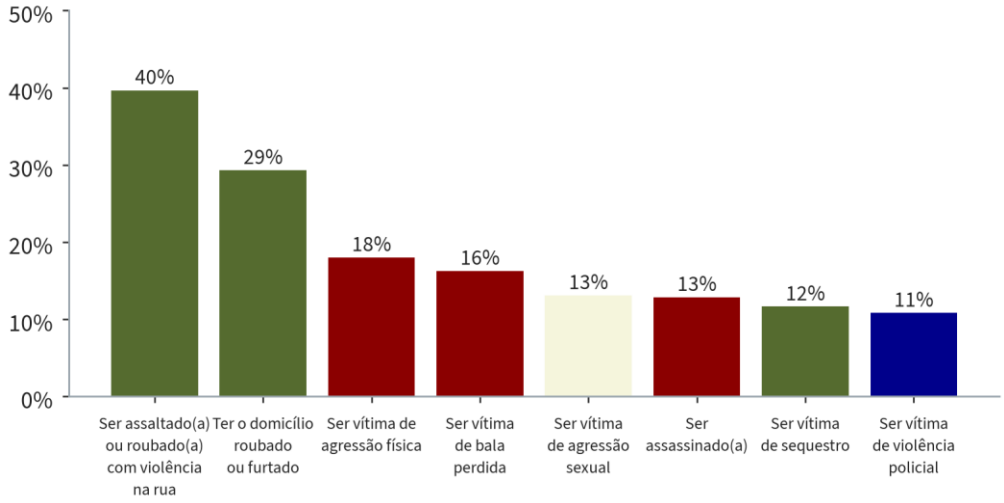
A percepção de insegurança tem muitas facetas, mas costuma estar relacionada à experiência subjetiva de um risco socialmente construído ou representado (Trindade e Durante, 2019).

No Brasil, as pesquisas de vitimização que buscam captar a vitimização criminal e as percepções de insegurança ainda são raras (Monteiro e Caballero, 2021). O IBGE realizou três pesquisas de vitimização associadas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1988, 2009 e 2021[3]. A amostra da PNAD é representativa no nível dos estados e das capitais. Outras duas pesquisas nacionais de vitimização foram realizadas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2013 e pelo Instituto Datafolha entre 2010 e 2012, para o Ministério da Justiça. Por isso, usamos os dados mais recentes da PNAD sobre o tema (2021) para avaliar a percepção de insegurança e a vitimização criminal.

A **Figura 7** mostra o risco percebido pela população em relação a diferentes formas de crimes violentos. O crime violento mais temido pela população em geral é ser assaltado ou roubado com violência na rua (40% dos entrevistados), seguido de ter o domicílio roubado ou furtado (29%).

[3] A PNAD trata de temas ligados a renda, desemprego e outras questões socioeconômicas em seu questionário principal. Ela também inclui, em cada edição trimestral, um suplemento dedicado a temas especiais, como educação, acesso à tecnologia e insegurança alimentar.

Figura 7 – Respostas à pergunta "No seu dia a dia, qual a chance de você ser vítima de...?" (% que responde alta ou média)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

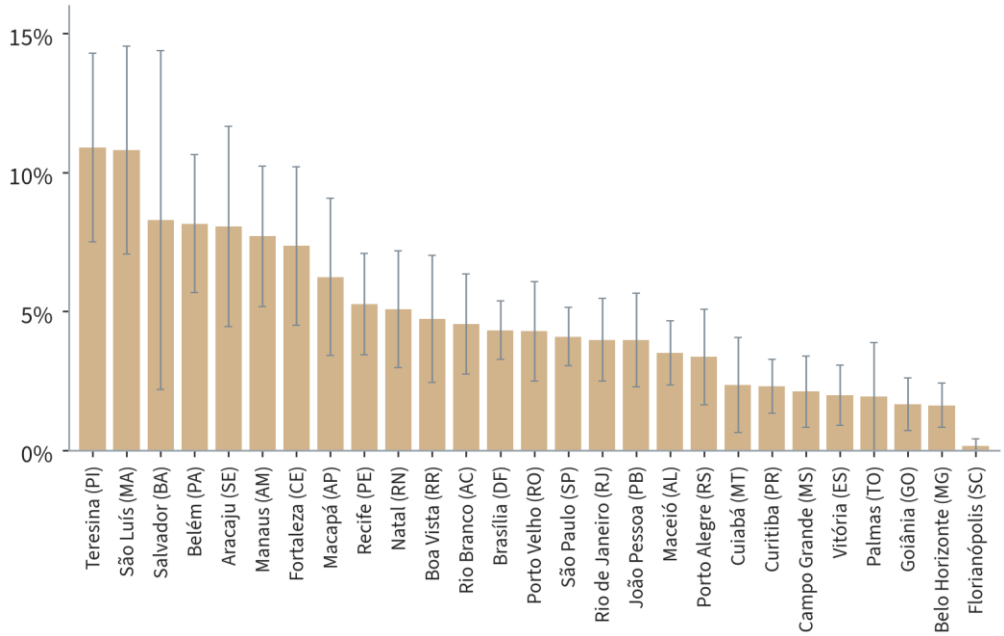
Uma parcela alta da população também teme ser vítima de bala perdida (16%) ou de sequestro (12%), eventos violentos geralmente associados a grupos criminosos organizados.

Também chama atenção que cerca de uma em cada nove pessoas considere alta ou média a chance de ser alvo de violência policial (11%). Esse resultado está de acordo com o fato de que a maior parte da população brasileira não confia nas forças policiais, segundo a pesquisa mais recente sobre confiança nas instituições, o *Índice de Confiança na Justiça Brasileira*, da Fundação Getulio Vargas (2021). Na edição de 2021 da pesquisa, 44% declararam confiar na polícia.

3.1.3. Vitimização criminal

Como mostra a **Figura 8**, a vitimização criminal varia muito entre as capitais. No Norte e no Nordeste, cidades como Teresina, São Luís e Belém têm mais de 8% das pessoas vivendo em domicílios afetados por roubo no último ano. Já no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, cidades como Vitória, Belo Horizonte, Goiânia, Palmas e Florianópolis têm taxas inferiores a 5%.

Figura 8 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais em domicílios com algum morador roubado nos últimos 12 meses (quarto trimestre de 2021)

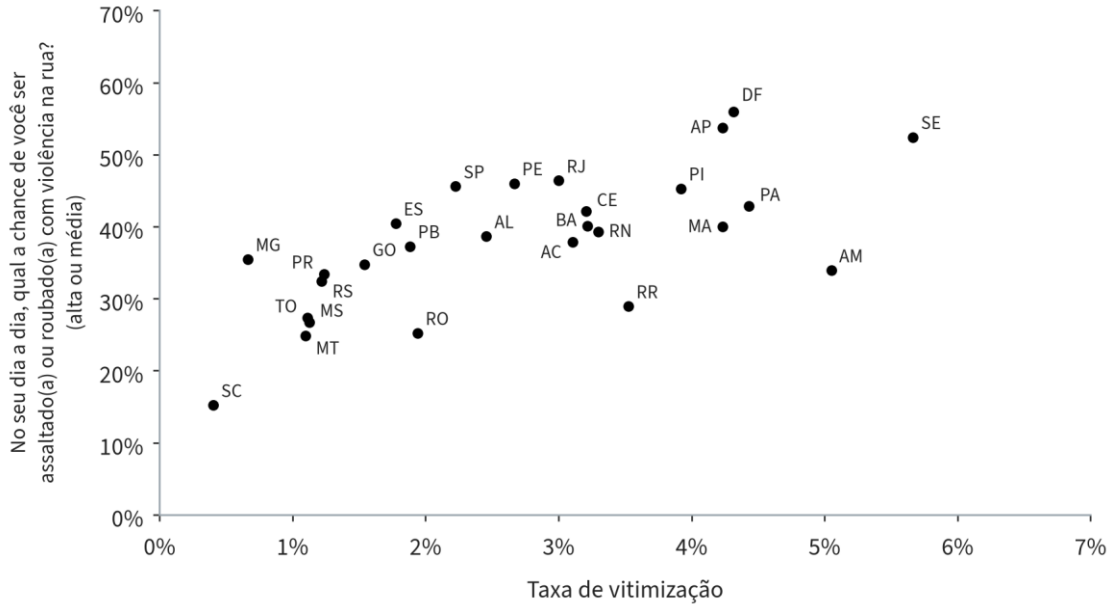


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Nota: as barras de erro mostram intervalos de confiança de 95%.

A **Figura 9** complementa esse quadro com um gráfico de dispersão que contrasta a chance percebida de ser assaltado ou roubado com violência na rua e a taxa efetiva de vitimização por roubo nos estados brasileiros. São Paulo e Espírito Santo estão entre os estados onde a percepção de risco está mais descolada da vitimização efetiva. Apesar de terem taxas de vitimização relativamente mais baixas, esses estados apresentam níveis relativamente elevados de insegurança percebida.

No entanto, como se observa na figura abaixo, há uma correlação positiva e aparentemente linear entre as taxas de vitimização por roubo e a percepção de insegurança, ainda que alguns dos estados mencionados acima se desviem desse padrão.

Figura 9 – Percentual de pessoas que consideram alta ou média a chance de ser assaltadas ou roubadas com violência na rua x Taxa de vitimização



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Nota: a taxa de vitimização é o percentual de pessoas de 15 anos ou mais em domicílios com algum morador roubado nos últimos 12 meses.

3.2. Capacidade estatal

Nesta subseção, analisamos a capacidade do Estado de enfrentar a criminalidade no Brasil em duas dimensões: as taxas de esclarecimento de homicídios e a qualidade dos registros de crimes (comparando os registros de roubos na polícia com a vitimização por roubo na pesquisa de vitimização da PNAD).

3.2.1. Taxa de esclarecimento de homicídios

Não existe um indicador oficial de taxa de esclarecimento de homicídios no Brasil. Os únicos dados disponíveis vêm da ONG Instituto Sou da Paz, que calculou esse número com base em informações fornecidas pelos Tribunais de Justiça ou pelos Ministérios Públicos estaduais (Instituto Sou da Paz, 2023)[4].

A taxa de esclarecimento de homicídios é simplesmente o total de ocorrências de homicídio doloso consumado que resultam em denúncia criminal no ano seguinte

[4] Os dados vêm de fontes diferentes: cada estado dá acesso a eles após um pedido oficial, mas alguns estados alegam que se trata de informação sensível e não os compartilham, pois isso poderia prejudicar a resolução de casos de homicídio.

dividido pelo total de ocorrências de homicídio doloso consumado no ano anterior (Instituto Sou da Paz, 2025).

A primeira edição do relatório com esse indicador saiu em 2017, com dados de 2015. O relatório mais recente é de 2025 e apresenta dados de esclarecimento de homicídios de 2023 (Instituto Sou da Paz, 2025).

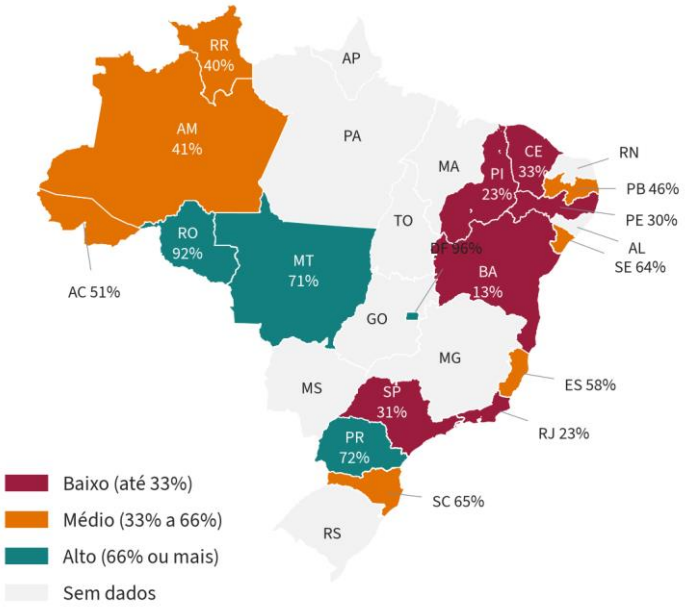
A **Figura 10** abaixo mostra as taxas de esclarecimento de homicídios em 2023 de 17 das 27 unidades federativas do país (26 estados e o Distrito Federal).

A taxa geral de esclarecimento de homicídios do Brasil foi estimada em 36% em 2023, bem abaixo da média mundial de 63% em 2019 (com base em dados de 72 países). Ela também fica abaixo das taxas de todas as regiões do mundo, estimadas em 52% na África, 43% nas Américas, 72% na Ásia, 92% na Europa e 74% na Oceania (Instituto Sou da Paz, 2023)[5].

A região Centro-Oeste tem as maiores taxas de esclarecimento de homicídios, enquanto o Nordeste tem as menores. O Rio de Janeiro se destaca pela baixa taxa de esclarecimento (23%), apesar de ter o quarto maior PIB per capita e de fazer divisa com estados com taxas de esclarecimento bem mais altas.

[5] As estimativas de cada continente se baseiam nos países com dados disponíveis: 18 países nas Américas, 4 países na África, 13 países na Ásia, 35 países na Europa e 2 países na Oceania.

Figura 10 – Taxas de esclarecimento de homicídios em 2023



Fonte: Instituto Sou da Paz (2025).

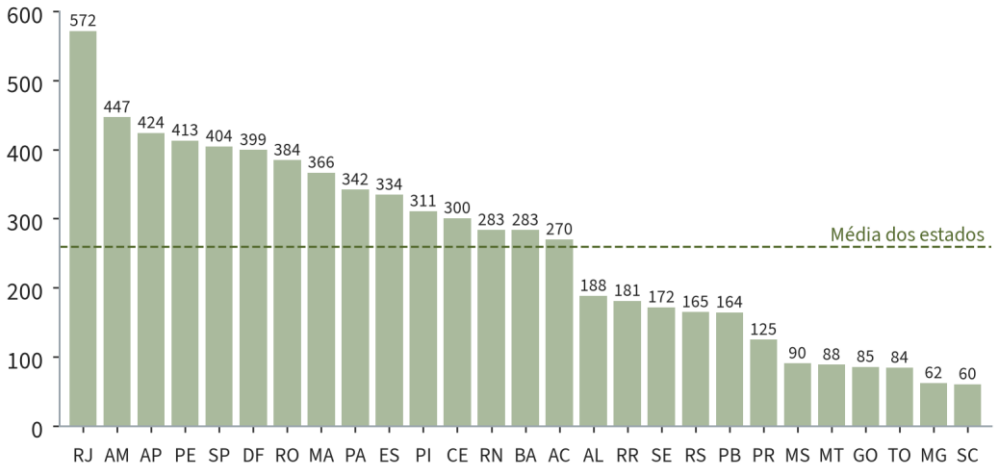
3.2.2. Qualidade dos registros de crimes

O Brasil não tem dados oficiais históricos sobre o total de roubos. Embora o Ministério da Justiça divulgue dados desde 2015, o quadro é incompleto, porque exclui os roubos a transeunte, o tipo mais comum. A base mais completa e mais longa é compilada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que acompanha os dados de roubo desde 2008.

Esta seção compara os registros do FBSP com as taxas de vitimização informadas pela PNAD para avaliar a qualidade dos sistemas de registro de crimes.

A **Figura 11** indica que os estados das regiões Norte e Sudeste lideram o ranking dos que têm a maior proporção de roubos registrados em delegacias.

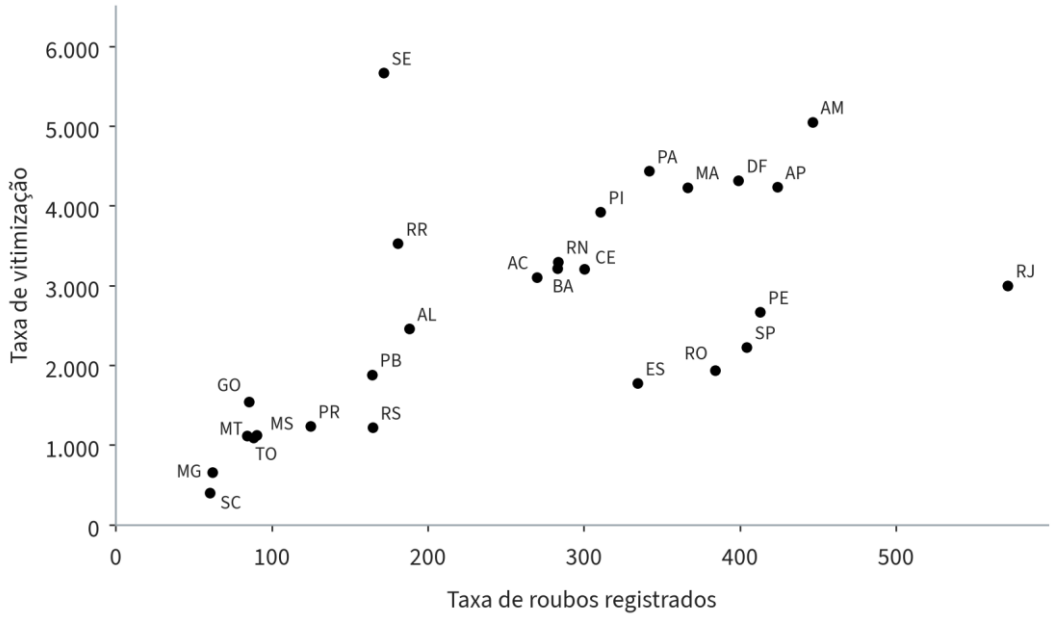
Figura 11 – Registros policiais de roubo por 100 mil habitantes nos estados brasileiros



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a). Nota: dados de 2025, sujeitos a revisão.

A **Figura 12** compara os registros policiais com as taxas de vitimização por roubo. Os dados revelam uma disparidade significativa entre os roubos registrados e a vitimização por roubo. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro tem a maior taxa de roubos registrados, segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026a). Ainda assim, ocupa a 13ª posição em vitimização por roubo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). A comparação entre as duas variáveis indica que Roraima e Sergipe têm os sistemas de registro de crimes mais deficientes (níveis altos de vitimização e registros policiais relativamente baixos), enquanto Rondônia, Rio de Janeiro e Espírito Santo se destacam no sentido oposto.

Figura 12 – Taxa de vitimização x Registros policiais de roubo por 100 mil habitantes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026a). Nota: registros policiais de 2025; vitimização de 2021, pessoas de 15 anos ou mais em domicílios com algum morador roubado, por 100 mil.

4. Crime organizado

Esta seção examina os dados disponíveis no Brasil que permitem medir a presença e a violência associadas a grupos criminosos organizados. Também identificamos perguntas de pesquisa desenhadas para captar a dimensão do problema e destacamos comportamentos típicos do crime organizado. No entanto, a informação disponível é muito limitada e consiste, em boa parte, em retratos isolados, com recortes temporais restritos e baixa granularidade geográfica.

4.1. Presença do crime organizado no Brasil

Nesta subseção, analisamos dados do governo e da sociedade civil que indicam a presença de grupos criminosos organizados (GCOs) nos níveis nacional, estadual e das capitais.

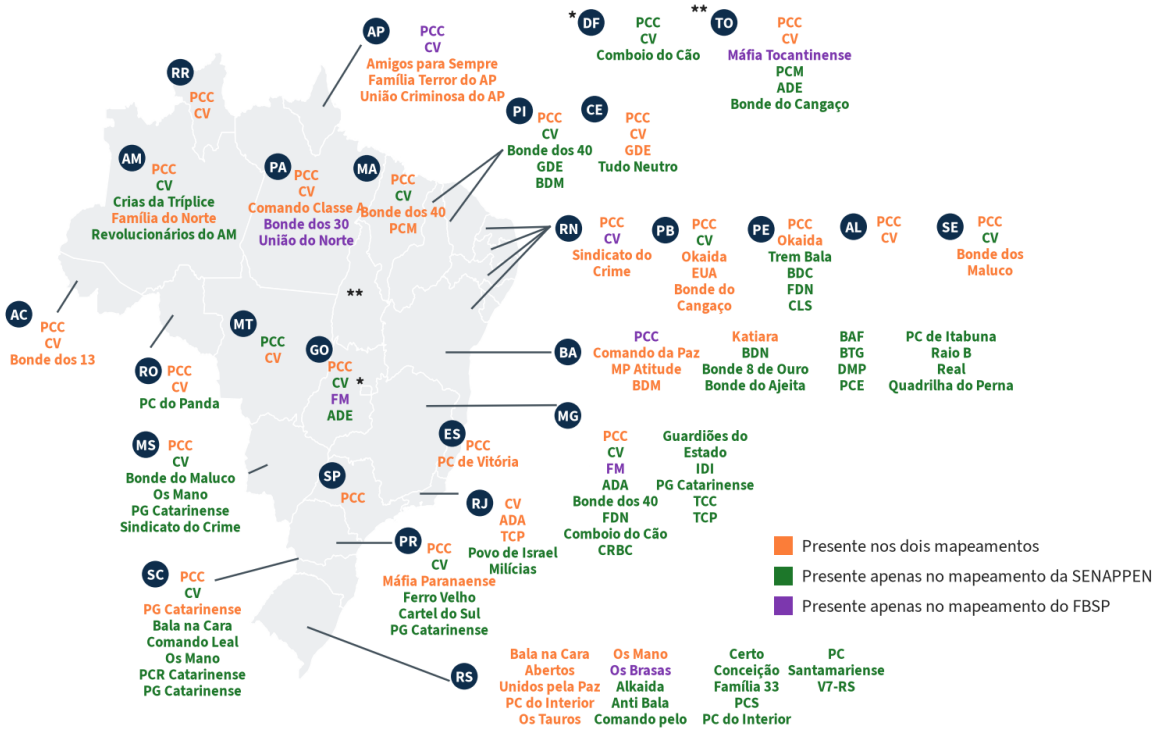
4.1.1. Presença de grupos criminosos organizados nos sistemas prisionais estaduais

Duas fontes de dados indicam a presença de grupos criminosos nos sistemas prisionais estaduais: a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018) se baseia em dados do sistema prisional, relatórios de inteligência das forças de segurança, matérias da imprensa e entrevistas com presos, agentes prisionais, policiais, juízes e promotores (Manso e Dias, 2017). O relatório da SENAPPEN (Ministério da Justiça, 2023) se baseia nas respostas a um questionário enviado às Agências de Inteligência Penitenciária (AIPEN) sobre a presença de grupos criminosos nos sistemas prisionais dos estados.

Os relatórios do FBSP estimularam a SENAPPEN a divulgar sua avaliação em 2023, a primeira compilação oficial já publicada. A **Figura 13** compara as duas bases.

Figura 13 – Mapa da presença de grupos criminosos no sistema prisional por estado



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018) e Ministério da Justiça (2023).

Alguns sistemas prisionais estaduais abrigam grande variedade de grupos criminosos organizados, como os do Rio Grande do Sul (16 grupos), da Bahia (16 grupos) e de Minas Gerais (13 grupos). Isso mostra que a fragmentação da presença de grupos criminosos no sistema prisional parece amplamente distribuída, já que se estende por estados de todas as regiões.

Outros estados têm poucos grupos em seus sistemas penitenciários, como São Paulo (apenas uma facção), Espírito Santo (dois grupos), Mato Grosso (dois grupos) e Roraima (dois grupos).

Os dois GCOs mais disseminados nos estados são o Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), com base no Rio de Janeiro. O PCC está presente nos sistemas prisionais de 25 unidades federativas, e o CV, em 22.

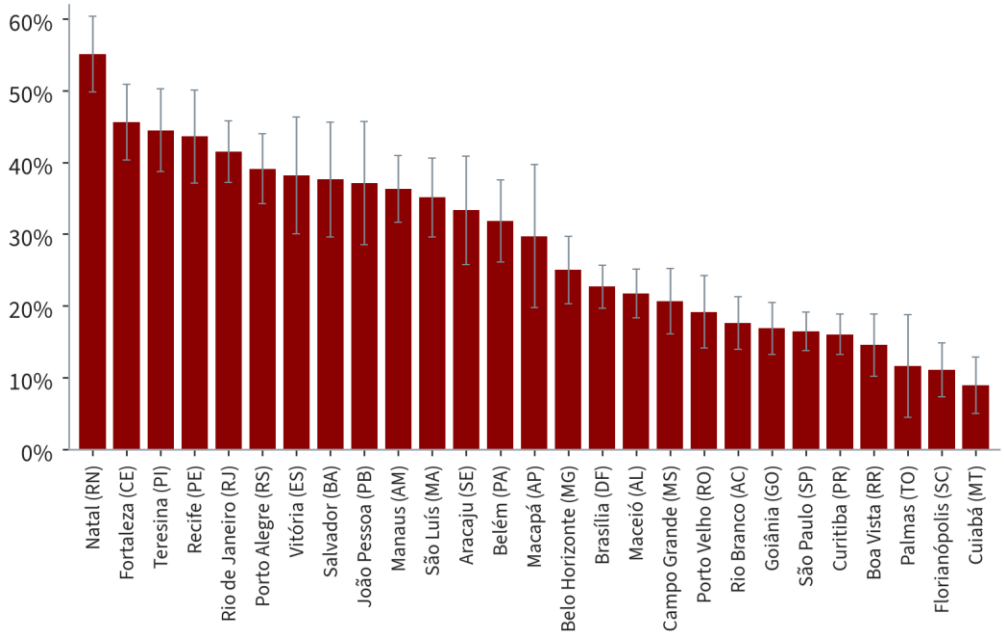
4.1.2. Pesquisa nacional de vitimização do governo

O suplemento da PNAD realizado em 2021 tem perguntas que podem indicar problemas relacionados a grupos criminosos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). A pesquisa do IBGE incluiu uma amostra de 125.802 moradores de 15 anos ou mais, representativa no nível dos estados e das capitais. Essa granularidade permite uma análise detalhada do comportamento dos grupos criminosos organizados (GCOs) e de sua variação no país. O questionário capta dados sobre três fenômenos específicos: tiroteios, extorsão e circulação de civis armados.

A **Figura 14** mostra o percentual da população que vivencia tiroteios nas redondezas do domicílio nas capitais brasileiras. As capitais da região Nordeste (Natal, Fortaleza, Teresina e Recife) lideram o ranking das que têm a maior parcela da população exposta a tiroteios na região onde mora, e cerca de 55% da população de Natal enfrenta esse problema de segurança pública. O Rio de Janeiro, cidade conhecida por lidar com essa questão, ocupa a quinta posição, com mais de 40% dos moradores vivenciando tiroteios nas redondezas do domicílio.

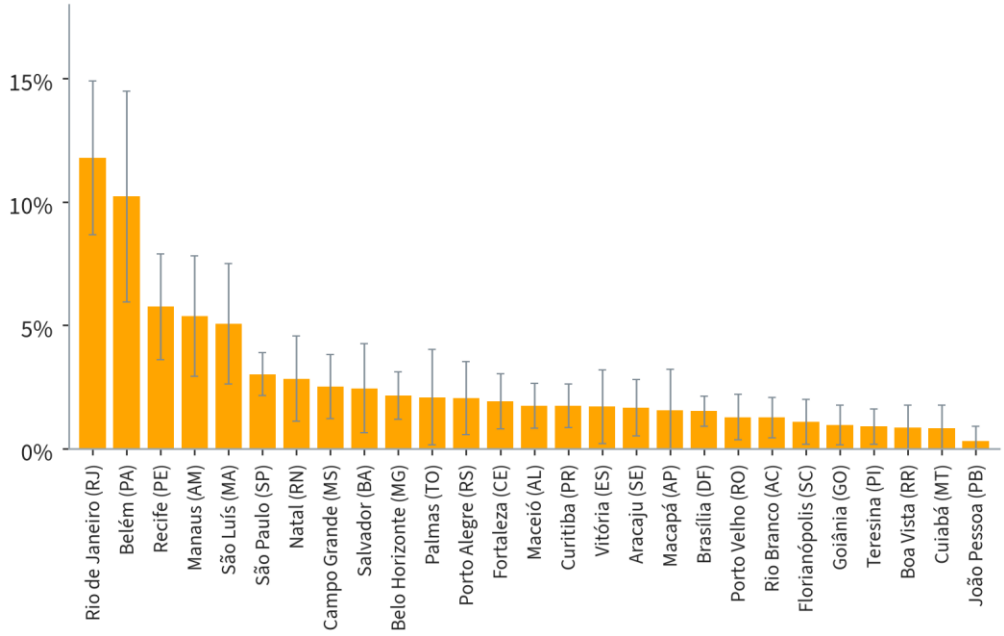
A **Figura 15** indica a prevalência da extorsão nas capitais. O Rio de Janeiro é o município com a maior exposição da população a essa prática, provavelmente em razão da ampla presença de grupos parapoliciais na cidade (Monteiro et al., 2022). Um ponto a observar é o alto percentual da população que relata a prevalência do fenômeno em duas capitais do Norte do país (Belém e Manaus), algo que não recebeu atenção pública.

Figura 14 – Percentual de domicílios que relataram tiroteios e brigas com armas de fogo nas redondezas do domicílio nas capitais brasileiras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Nota: a pergunta do questionário é “Nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do seu domicílio, teve troca de tiros ou brigas com armas de fogo?”.

Figura 15 – Percentual de domicílios que relataram extorsão nas capitais brasileiras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Nota: a pergunta do questionário é "Nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do seu domicílio, teve extorsão ou cobrança de taxas ilegais?".

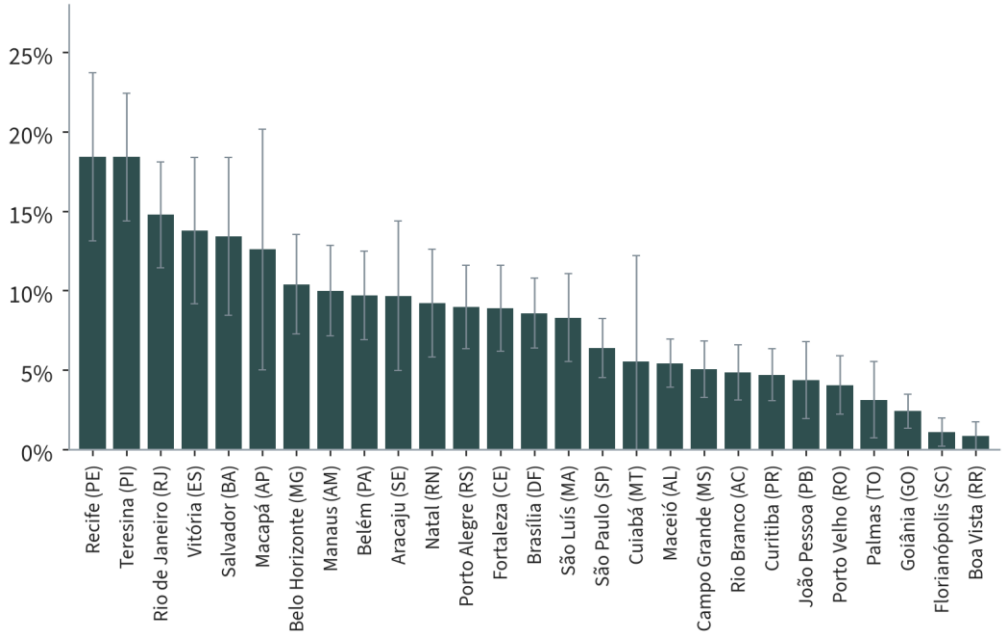
A PNAD também incluiu uma pergunta adicional sobre se os entrevistados viram circular na vizinhança pessoas com armas de fogo que não eram policiais nem integrantes das forças armadas. A **Figura 16** mostra os resultados. No Brasil, em média 5,7% das pessoas relatam ver civis armados nas redondezas do domicílio.

Esse problema, porém, é muito mais prevalente em algumas capitais. No Recife e em Teresina, quase 20% dos domicílios relatam estar expostos a esse fenômeno, enquanto no Rio de Janeiro, em Vitória e em Salvador esse número fica mais perto de 15%. A forma como a pergunta foi elaborada, no entanto, não permite afirmar que se trata de uma proxy da parcela de domicílios expostos a grupos criminosos armados, porque ela também pode captar seguranças privados.

As três perguntas colocam o Rio de Janeiro e o Recife entre as cidades que mais enfrentam problemas ligados a grupos criminosos organizados. O Rio de Janeiro é amplamente reconhecido como uma cidade que vive esse problema (Monteiro et al., 2022), mas o Recife raramente é citado no noticiário nacional sobre o tema, o que indica a importância

de perguntas de pesquisa para evidenciar regiões com problemas que ainda não atraíram atenção pública.

Figura 16 – Percentual de domicílios que relataram ter visto civis andando com armas de fogo nas capitais brasileiras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Nota: a pergunta do questionário é "Nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do seu domicílio, teve alguma pessoa, que não era policial ou das forças armadas, andando nas ruas com arma de fogo?".

4.1.3. Pesquisas conduzidas por organizações da sociedade civil e pela academia

ONGs e projetos acadêmicos também conduzem outras iniciativas de dados que buscam entender o problema dos grupos criminosos.

Uma das principais e mais recentes dessas pesquisas é a do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Datafolha (2024), uma pesquisa presencial representativa nacionalmente, com abordagem em pontos de fluxo e amostra de 2.508 entrevistados.

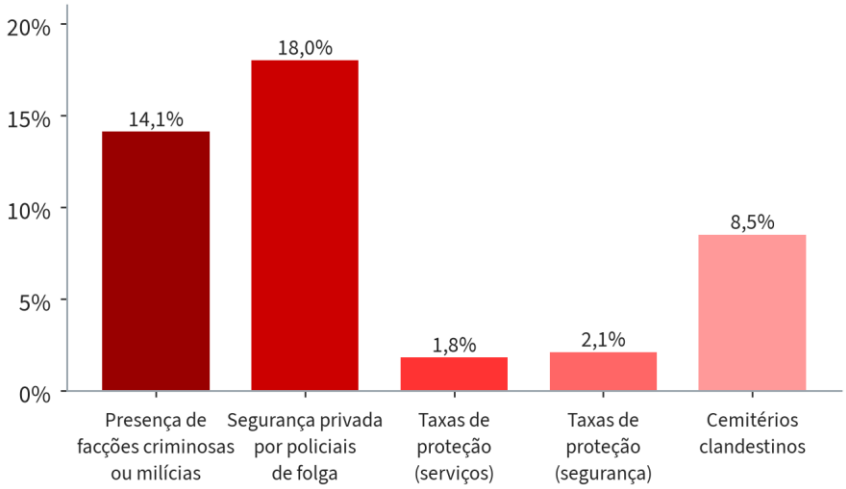
Os entrevistados respondem se presenciaram a existência de facções do tráfico ou milícias (grupos paramilitares) na área onde moram e/ou têm um negócio, e 14,1% deles responderam afirmativamente. Em outras palavras, cerca de um em cada sete brasileiros tem contato com GCOs nas redondezas do domicílio (os resultados completos estão na **Figura 17**).

Os resultados mostram algumas semelhanças com a pesquisa da PNAD, embora as duas tenham sido realizadas com três anos de diferença e tenham coberturas amostrais distintas. Por exemplo, 1,8% e 2,1% dos entrevistados relataram pagar "taxas de proteção" para ter acesso a serviços econômicos e a serviços de segurança, respectivamente, segundo a pesquisa do FBSP e do Instituto Datafolha (2024), quase a mesma proporção de pessoas que relatam ser vítimas de extorsão na PNAD (2,06%).

No entanto, também há diferenças expressivas. Por exemplo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Datafolha (2024), 18% dos entrevistados tinham visto policiais de folga oferecendo serviços de segurança privada na área onde moram e/ou têm um negócio, e (como já mencionado) apenas 14,1% relatam ver GCOs no mesmo território. Já na PNAD, a proxy mais próxima para esse tipo de presença é a circulação de civis armados, que é, em média, de 5,72% para todo o território brasileiro. Não é possível saber, contudo, se a disparidade desses resultados vem da redação da pergunta, da metodologia da pesquisa, da amostra ou de mudanças internas nos fenômenos de presença e atividade dos GCOs nos últimos anos.

Por fim, a pesquisa também mostra a incidência de cemitérios clandestinos usados pelo crime organizado para ocultar os corpos de pessoas visadas por grupos criminosos: 8,5% dos entrevistados relatam um desses cemitérios clandestinos na área onde moram (pergunta que não aparece em outras pesquisas).

Figura 17 – Presença e atividade de grupos armados (pesquisa com abordagem em pontos de fluxo)



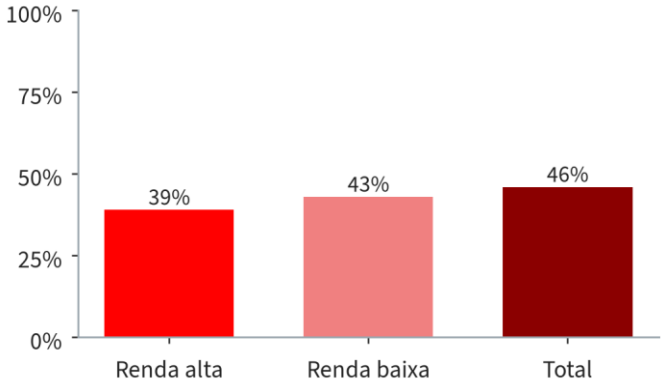
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha (2024).

Outras pesquisas locais também foram realizadas em municípios específicos do Brasil, como Fortaleza (Mancha et al., 2024) e Rio de Janeiro (Lessing et al., 2024).

Em Fortaleza, Mancha et al. (2024) conduziram uma pesquisa para avaliar o impacto de uma unidade policial especial conhecida como “RAIO”. A pesquisa revela que mais de 40% da população vive em áreas onde grupos criminosos atuam (Mancha et al., 2024), número ainda maior nos bairros de baixa renda, como mostra a **Figura 18**. De forma semelhante, dados da PNAD indicam que cerca de 46% dos entrevistados em Fortaleza relataram presenciar tiroteios perto de casa, forma de violência tipicamente associada aos GCOs (**Figura 14**).

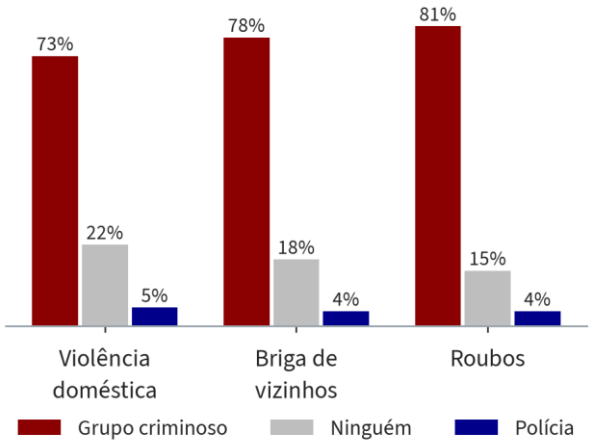
Outra pesquisa, conduzida por Lessing et al. (2024) em favelas do Rio de Janeiro, tratou especificamente de governança criminal e usou o Disque-Denúncia para entrevistar pessoas que ligaram para o serviço. A pesquisa revelou que os grupos criminosos organizados (GCOs) são os principais atores responsáveis por resolver disputas e conflitos nesses territórios. Por exemplo, segundo os entrevistados, os GCOs intervêm em 73% dos casos de violência doméstica, 78% das brigas de vizinhos e 81% dos roubos. Em contraste, os relatos apontam a intervenção da polícia em apenas cerca de 5% dessas ocorrências (Lessing et al., 2024), como mostra a **Figura 19**.

Figura 18 – Percentual de pessoas em Fortaleza que ouviram falar da presença de facções criminosas nas redondezas ou no bairro de sua casa



Fonte: Mancha et al. (2024).

Figura 19 – Percentual de moradores de favelas que apontam quem intervém na resolução de conflitos



Fonte: Lessing et al. (2024).

4.2. Violência associada a GCOs nos municípios

Dois projetos internacionais de bases de dados trazem informações sobre violência relacionada a grupos criminosos no nível municipal: o Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED) e o Uppsala Conflict Data Program (UCDP).

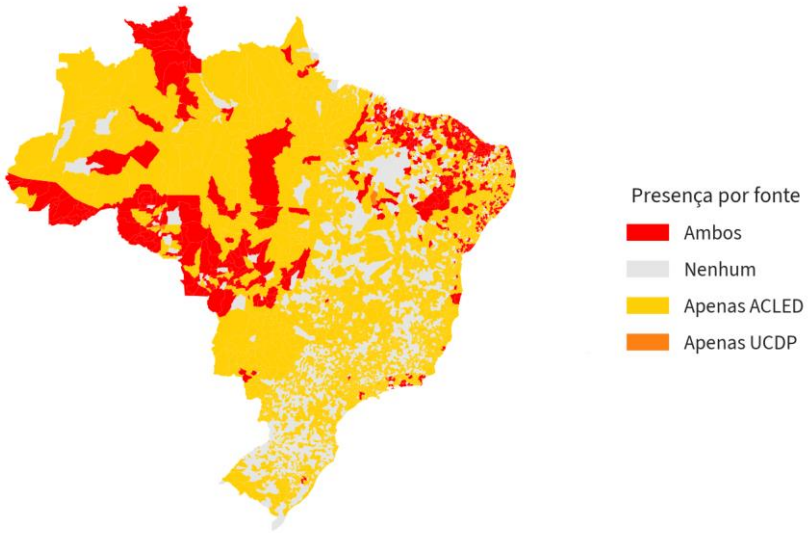
A base de dados de Armed Conflict Location & Event Data (2026) inclui uma ampla gama de tipos de violência política (como batalhas, violência contra civis e tumultos) em que há ao menos um ator armado envolvido (grupos criminosos, inclusive gangues, entram quando suas ações desafiam a autoridade do Estado ou a segurança pública); ver Raleigh

et al. (2023) para mais detalhes. A base usa diferentes fontes de notícias em vários idiomas, incluindo mídia local, redes sociais e parcerias com observatórios de conflitos (como o Fogo Cruzado, no Brasil).

Em contraste, o UCDP (Uppsala Conflict Data Program, 2026) registra apenas eventos ligados a díades formais de conflito, com incompatibilidade política declarada e um mínimo de 25 mortes em combate por ano. Suas fontes são sobretudo veículos internacionais em inglês, acessados por agregadores de notícias, com cobertura local limitada (Raleigh et al., 2023). Por isso, a violência de grupos criminosos fica em grande parte excluída, a menos que se encaixe nesse critério restrito.

A **Figura 20** apresenta um mapa dos municípios brasileiros onde ao menos um evento violento ou conflito associado a um GCO foi registrado entre 2018 e 2025, segundo qualquer uma das duas fontes mencionadas acima.

Figura 20 – Presença de grupos criminosos organizados no Brasil (2018-2025) segundo projetos de monitoramento de conflitos



Correlação = 0,14 (considerando população acima de 100 mil habitantes)

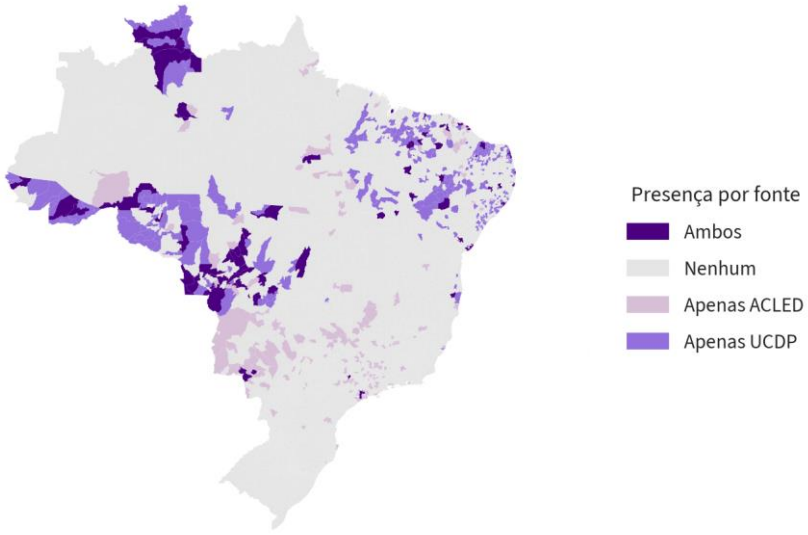
Fonte: Uppsala Conflict Data Program (2026) e Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados do ACLED para 2025 cobrem de janeiro a novembro.

O mapa mostra que os dados do ACLED acompanham um número maior de conflitos associados a grupos criminosos organizados (GCOs). Segundo o ACLED, houve eventos violentos associados a organizações criminosas na maioria das cidades do Brasil no período analisado (2018–2025), espalhados por todos os estados e macrorregiões do país. As exceções são principalmente cidades pequenas do interior do país, distantes das capitais e dos centros urbanos.

Os dados do ACLED e do UCDP coincidem apenas nas grandes cidades e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Isso provavelmente se deve ao já mencionado limite de 25 mortes que o UCDP adota para começar a registrar eventos violentos associados a qualquer grupo. Assim, a correlação entre as variáveis binárias (dummies) que indicam a presença de conflitos associados a GCOs em cada município (considerando apenas os municípios com mais de 100 mil habitantes) nos dois projetos é de apenas 0,14.

Ainda assim, os dados do UCDP são úteis para acompanhar a presença de grupos criminosos específicos em municípios remotos do Brasil. É o caso da presença do PCC nas regiões Norte e Nordeste do país, onde o UCDP capta a presença da organização com mais frequência do que o ACLED (mesmo usando um critério de seleção mais conservador), como vemos na **Figura 21**.

Figura 21 – Presença do PCC no Brasil (2018-2025), segundo projetos de monitoramento de conflitos



Correlação = 0,14 (considerando população acima de 100 mil habitantes)

Fonte: Uppsala Conflict Data Program (2026) e Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados do ACLED para 2025 cobrem de janeiro a novembro.

4.3. Tendências das atividades de grupos criminosos organizados

Esta subseção analisa a atividade dos GCOs no Brasil ao longo do tempo, com o objetivo de identificar tendências gerais da violência, destacar as regiões onde o crime organizado é mais prevalente e examinar como grupos específicos ganharam força nos últimos anos.

4.3.1. Tendências da violência promovida por grupos criminosos com dados do ACLED

Para medir a evolução dos grupos criminosos em um nível menor de granularidade, recorremos ao ACLED, base que registra eventos violentos associados a grupos criminosos nos municípios brasileiros ao longo de um período de oito anos (2018–2025).

O ACLED é a fonte mais adequada para esta análise porque oferece cobertura nacional, ao contrário de outros projetos locais que acompanham a presença de grupos criminosos e que tendem a se concentrar em estados ou municípios específicos. Outro motivo para a escolha do ACLED é que ele emprega uma metodologia documentada, conduzida por

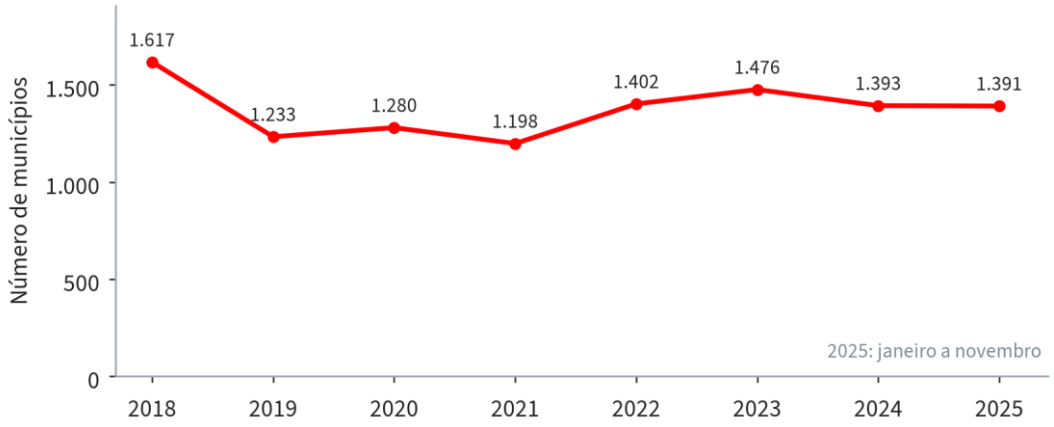
pesquisadores, para registrar e classificar eventos violentos, sem os critérios mais restritivos usados por bases como o UCDP (já discutidos na **subseção 4.2**).

O ACLED também informa os municípios específicos onde os eventos ocorreram, o que não acontece com outras fontes oficiais do governo, que indicam a presença de GCOs apenas no nível estadual e apenas para um ano específico (como o relatório da SENAPPEN sobre a presença de facções em cada sistema prisional estadual).

A **Figura 22** mostra o número de municípios com registros de violência gerada por grupos criminosos, segundo os dados do ACLED, entre 2018 e 2025. De 2018 a 2019, o número de municípios com eventos violentos associados a grupos criminosos caiu. Depois, essa prevalência de eventos ligados a GCOs se estabilizou entre 2019 e 2021, e entre 2021 e 2023 houve um aumento expressivo no número de municípios que registraram alguma ocorrência violenta relacionada a GCOs, seguido de um leve declínio em 2024.

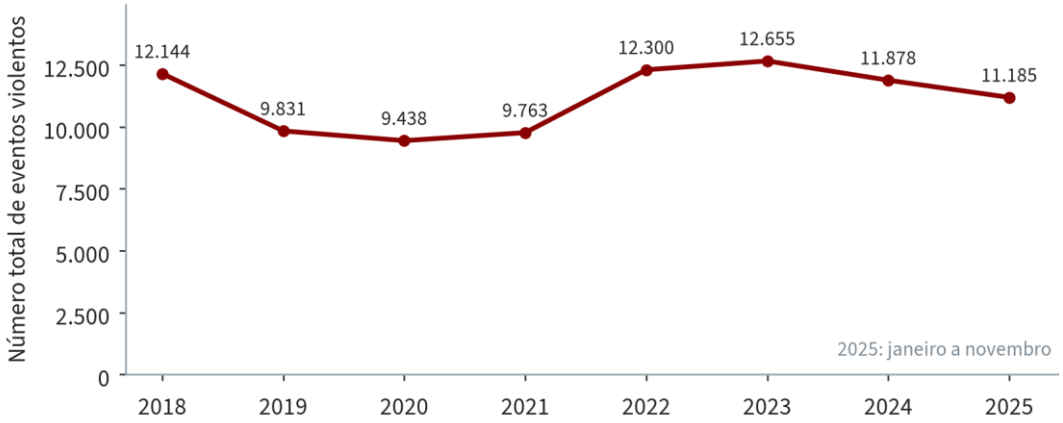
Por outro lado, o número total de eventos violentos associados a grupos criminosos caiu de 2018 a 2020, ficou estável em 2021, teve um aumento expressivo de 2021 a 2022, voltou a se estabilizar de 2022 a 2023 e registrou um leve declínio em 2024, como vemos na **Figura 23**. As variações anuais do número de eventos violentos se aproximam do padrão observado na evolução do número de municípios que registram eventos violentos associados a GCOs (**Figura 22**, citada anteriormente).

Figura 22 – Municípios com presença de eventos violentos associados a grupos criminosos no Brasil (2018-2025)



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados de 2025 cobrem de janeiro a novembro.

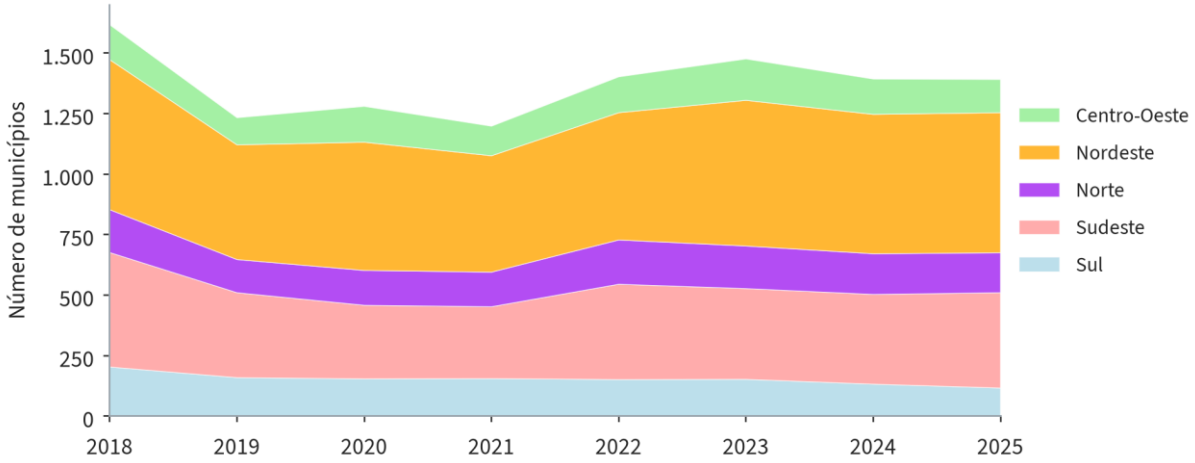
Figura 23 – Total de eventos violentos associados a grupos criminosos no Brasil (2018-2025)



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados de 2025 cobrem de janeiro a novembro.

Quando aprofundamos a análise para considerar a distribuição geográfica dos eventos violentos associados a grupos criminosos, observamos que a região com o maior número de municípios com ao menos um evento violento associado a GCOs é o Nordeste (**Figura 24**), seguido de perto pelo Sudeste (as duas regiões têm aproximadamente o mesmo número de municípios).

Figura 24 – Municípios com presença de eventos violentos associados a grupos criminosos por região



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados de 2025 cobrem de janeiro a novembro.

As regiões Norte e Centro-Oeste têm números semelhantes de municípios com ações envolvendo grupos criminosos. No entanto, o Norte tem menos municípios e, por isso, apresenta números menores de eventos violentos associados a GCOs, embora a região seja marcada por níveis altos de outras atividades que costumam resultar da presença de grupos criminosos (como taxas de homicídios mais altas, conforme a **Figura 4**).

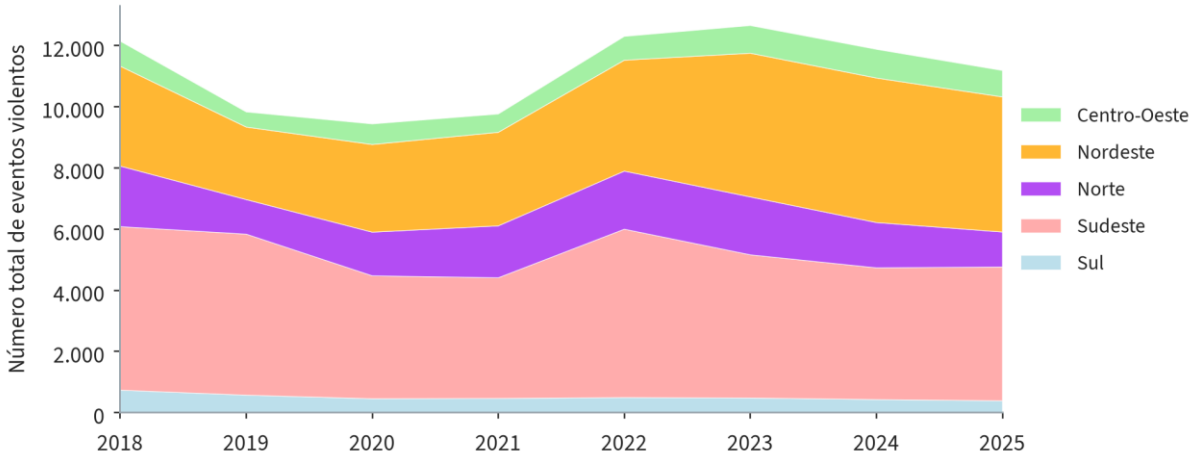
Quando olhamos a evolução dessa métrica (que pode servir de proxy da presença de GCOs) no Sul, vemos que a região teve um número estável de municípios com a prevalência dessas organizações ilegais entre 2019 e 2023 (seguindo uma tendência distinta da do restante do país).

Embora os grupos criminosos estejam presentes em um número maior de municípios no Nordeste, o número absoluto de eventos violentos se concentrou no Sudeste (onde estão as principais áreas urbanas) até 2022, como se vê claramente na **Figura 25**.

No entanto, a parcela de eventos violentos associados a grupos criminosos no Nordeste vem aumentando nos últimos anos e, desde 2023, supera a do Sudeste.

Novamente, o Sul se caracteriza por uma tendência própria na evolução dos eventos violentos associados a GCOs, com níveis baixos ao longo dos anos.

Figura 25 – Total de eventos violentos associados a grupos criminosos por região



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026). Nota: os dados de 2025 cobrem de janeiro a novembro.

4.3.2. Google Trends como proxy para identificar grupos criminosos no nível estadual

Stahlberg (2022) desenvolveu outra iniciativa para acompanhar a presença dos principais GCOs ao longo da década: o trabalho tenta identificar a presença de grupos criminosos específicos nos estados brasileiros com dados de buscas no Google, e os resultados são depois validados com especialistas em crime organizado no Brasil. Assim, esse trabalho oferece uma nova fonte, o Google Trends, para acompanhar a presença desses grupos, diferente dos dados do ACLED e do UCDP, que dependem de notícias, resultados de pesquisas e relatórios do sistema prisional.

As três principais limitações do trabalho de Stahlberg (2022) são: (i) o exercício usa o nível de buscas como estimativa do nível de atividade, que por sua vez serve de proxy da presença do grupo (na melhor das hipóteses, uma medida remota e indireta da presença efetiva); (ii) o estudo se concentra exclusivamente nos três maiores GCOs brasileiros; e (iii) os resultados só estão disponíveis no nível estadual, um nível de agregação maior do que o dos dados do ACLED, disponíveis no nível municipal. O desenho também supõe que os aumentos nas buscas no Google estão relacionados à dinâmica local, e não a eventos nacionais ou a eventos locais em outro estado. O foco nos três maiores GCOs do Brasil, que têm presença nacional, também aumenta o risco de que os registros não estejam relacionados à atividade local.

Essa pesquisa traz resultados sobre a evolução da presença dos GCOs por um longo período (2004 a 2021), recorte temporal maior que o de qualquer outra fonte.

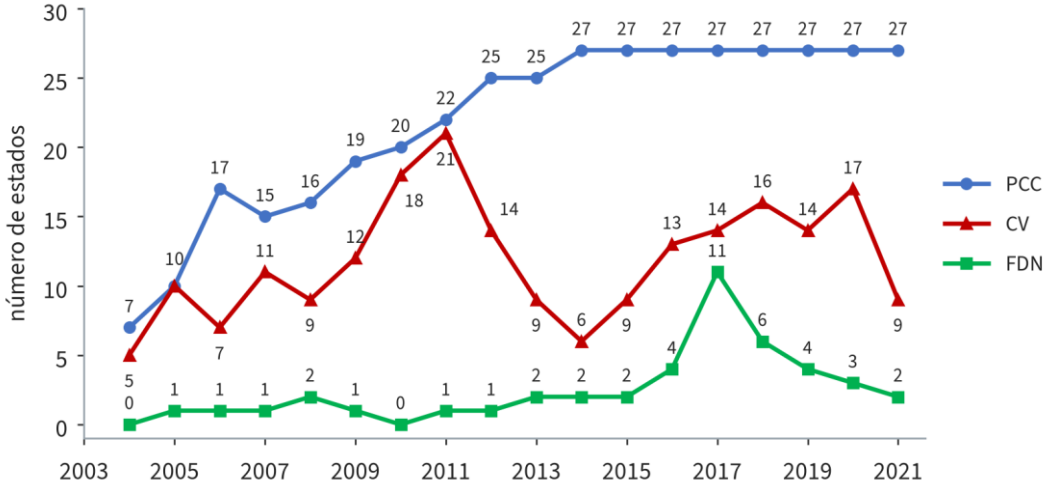
A **Figura 26** mostra o número de estados onde os três maiores GCOs do Brasil têm presença significativa. O PCC foi a organização que mais expandiu sua presença, com buscas em todos os estados brasileiros desde 2014. O Comando Vermelho também expandiu sua presença territorial na primeira década do século XXI. No entanto, no início da década de 2010, o CV teve uma retração em sua cobertura nacional e só reverteu essa tendência depois de 2015. Já a Família do Norte teve presença territorial muito estável até 2015. Depois disso, registrou um pequeno pico em 2017, seguido de um rápido declínio.

Stahlberg (2022) também cria uma proxy do nível de atividade, que é o número de buscas no Google pelo nome do grupo criminoso. Essa proxy também se aplica ao PCC, ao CV e à FDN no mesmo período, como mostra a **Figura 27**.

Apesar de um pico em 2006, causado por uma onda de violência orquestrada pelo grupo no Estado de São Paulo, o nível de atividade do PCC aumentou progressivamente até 2017, quando começou a cair lentamente. A atividade do Comando Vermelho aumentou até 2011 e, depois disso, também começou a cair. A partir de 2015, a atividade do CV voltou a subir e depois se estabilizou. A Família do Norte repete o padrão já observado em relação à presença do grupo: estabilidade inicial do nível de atividade, aumento gradual até 2017 e rápida queda até o fim da série histórica.

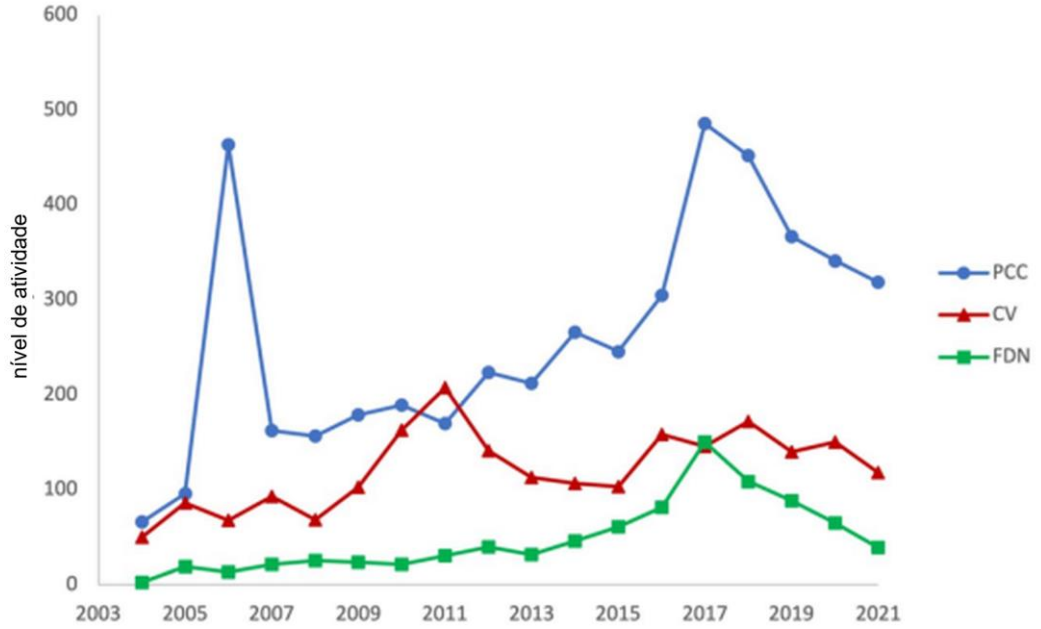
Esses dados captam uma variação substancial na presença e na atividade dos GCOs ao longo do tempo, que provavelmente responde a episódios em que os grupos estão mais ativos.

Figura 26 – Número de estados brasileiros onde o PCC, o CV e a Família do Norte (FDN) têm presença significativa (2004-2021)



Fonte: Stahlberg (2022).

Figura 27 – Nível médio de atividade nos estados do PCC, do CV e da FDN (2004-2021)



Fonte: Stahlberg (2022).

5. Avaliação da qualidade dos dados e análise de correlação

Este relatório mostrou que a informação sobre segurança pública em geral, e sobre a presença e o comportamento dos grupos criminosos organizados em particular, é muito limitada. Esta seção analisa se diferentes bases de dados oferecem um quadro semelhante

do problema e quais fatores locais se correlacionam com a atividade dos grupos criminosos organizados.

5.1. Análise de correlação entre a taxa de homicídios, os tiroteios e os eventos violentos associados a grupos criminosos nos municípios brasileiros

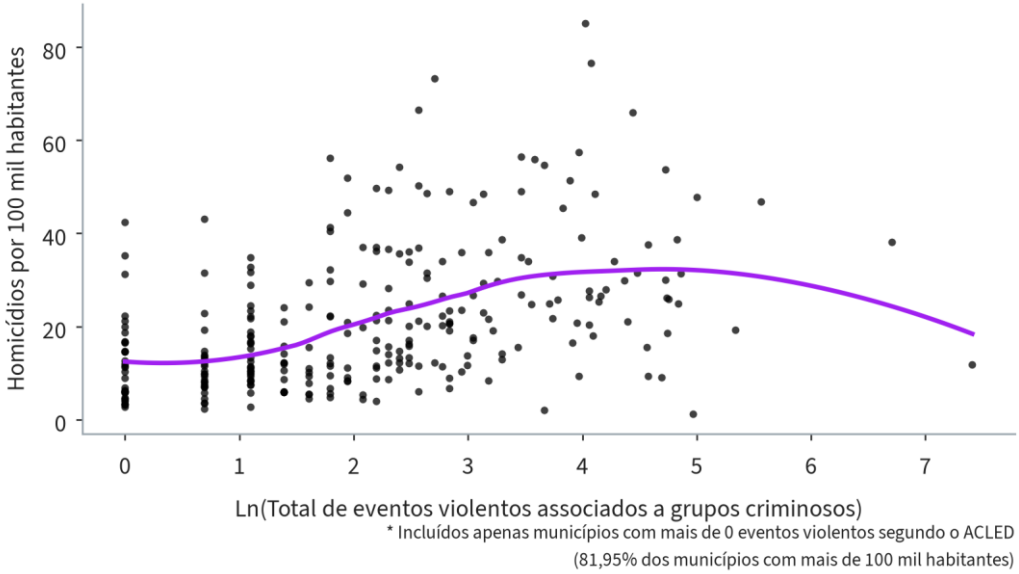
Esta subseção compara os dados do ACLED e do UCDP com os dados de saúde pública sobre mortes violentas intencionais para verificar se há correlação entre o número total de conflitos envolvendo GCOs e a taxa de homicídios em cada município. Também comparamos os dados desses projetos internacionais com os tiroteios no nível das capitais, conforme relatados na PNAD. O exercício avalia a qualidade das bases do ACLED e do UCDP e verifica se há outros padrões relevantes entre as formas mais explícitas de violência e a intensidade da presença dos GCOs.

Para a análise de correlação entre as taxas de homicídios e os eventos violentos registrados pelos dois projetos internacionais usados neste relatório, selecionamos o ano de 2025, o mais recente da nossa série temporal com dados disponíveis nas três fontes (o ACLED cobre de janeiro a novembro e os dados de saúde pública são preliminares). Também limitamos a análise aos municípios com mais de 100 mil habitantes (conforme a classificação do IBGE para municípios brasileiros de porte médio), porque a inclusão de municípios menores poderia introduzir ruído excessivo na base: um único incidente isolado em 2025 poderia inflar de forma desproporcional a taxa de homicídios ou o número total de eventos violentos associados a GCOs.

Os resultados dessa análise de associação estão na **Figura 28** e na **Figura 29**. Há uma correlação positiva entre as taxas de homicídios nos municípios brasileiros e os eventos violentos registrados pelo ACLED. Isso não se aplica aos dados do UCDP, que tem critérios mais rígidos para registrar conflitos, como já mencionado, e acaba não contabilizando muitas ocorrências de violência envolvendo atores criminosos. Um ponto a observar é que

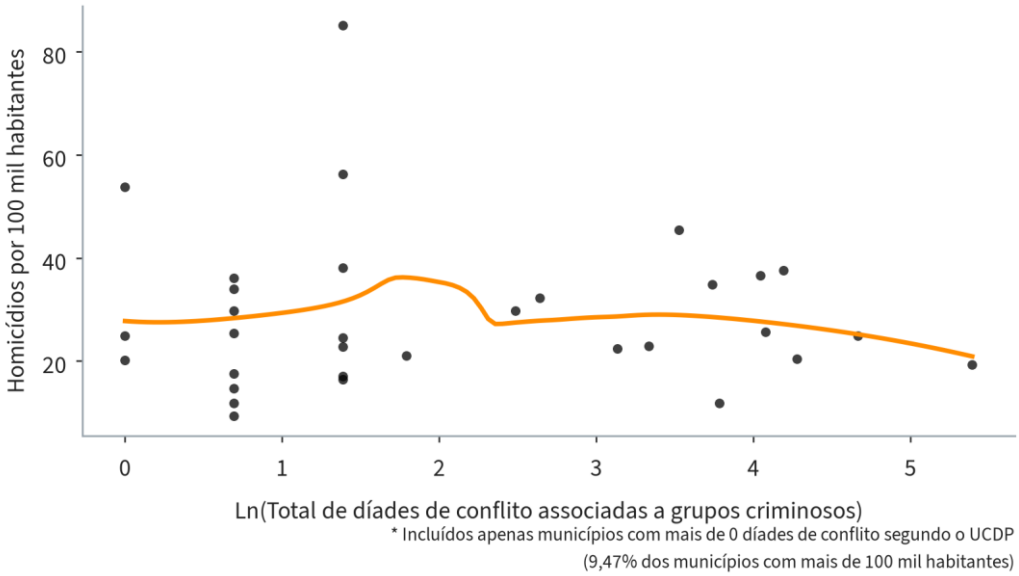
a correlação entre os eventos violentos do ACLED e as taxas de homicídios se assemelha à encontrada na **Figura 36**, presente em UNODC (2023a).

Figura 28 – Taxa de homicídios vs. eventos violentos ligados a GCOs nos municípios brasileiros, segundo o ACLED, 2025*



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026) e Ministério da Saúde (2026). Nota: os dados do ACLED para 2025 cobrem de janeiro a novembro; os dados do Ministério da Saúde para 2025 são preliminares.

Figura 29 – Taxa de homicídios vs. díades de conflito ligadas a GCOs nos municípios brasileiros, segundo o UCDP, 2025*

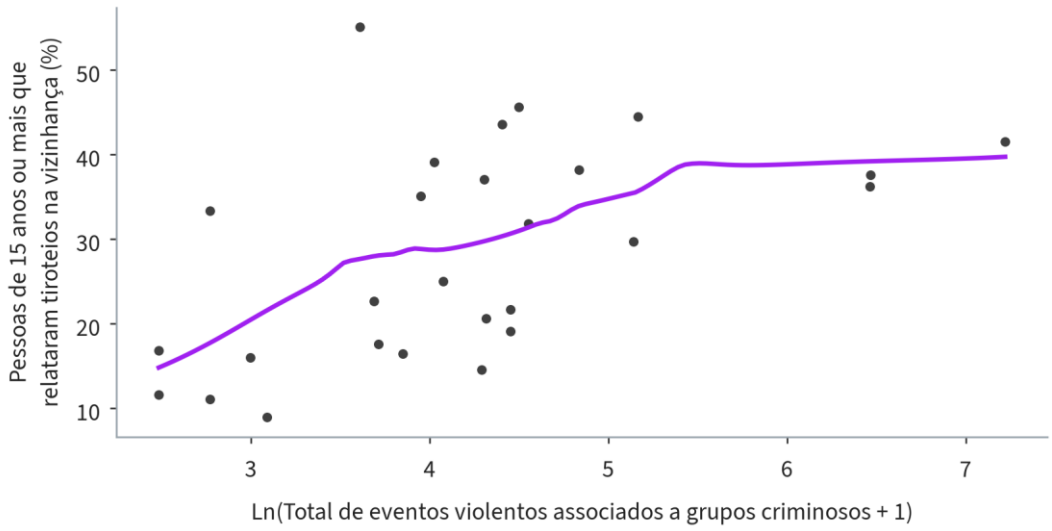


Fonte: Uppsala Conflict Data Program (2026) e Ministério da Saúde (2026). Nota: os dados do Ministério da Saúde para 2025 são preliminares.

Em seguida, passamos a considerar na análise o percentual de pessoas que vivenciam tiroteios nas redondezas do domicílio, informação presente na PNAD no nível das capitais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). A correlação com os eventos violentos do ACLED é clara, como se vê na **Figura 30**, já que as duas variáveis captam fenômenos muito semelhantes no mesmo conjunto de municípios. Isso sugere que a correlação não linear entre homicídios e eventos violentos associados a GCOs (**Figura 28**) não resulta da baixa qualidade dos dados, mas da possibilidade de que eles não captem os mesmos fenômenos (tema discutido na **subseção 6.1**).

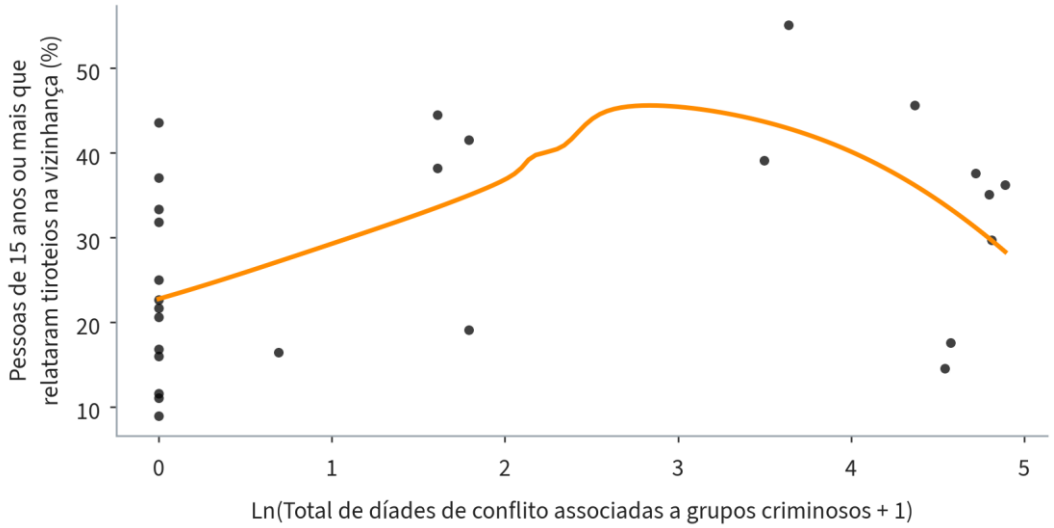
Os dados do UCDP não mostram ligação significativa entre a violência dos GCOs e os indicadores de crime, como indica a fraca correlação entre tiroteios e díades de conflito associadas a grupos criminosos (**Figura 31**). Isso levanta a preocupação de que a base de Uppsala Conflict Data Program (2026) talvez não reflita plenamente a intensidade da atividade dos grupos criminosos.

Figura 30 – Tiroteios vs. eventos violentos ligados a GCOs nas capitais brasileiras, segundo o ACLED, 2021



Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Figura 31 – Tiroteios vs. díades de conflito ligadas a GCOs nas capitais brasileiras, segundo o UCDP, 2021

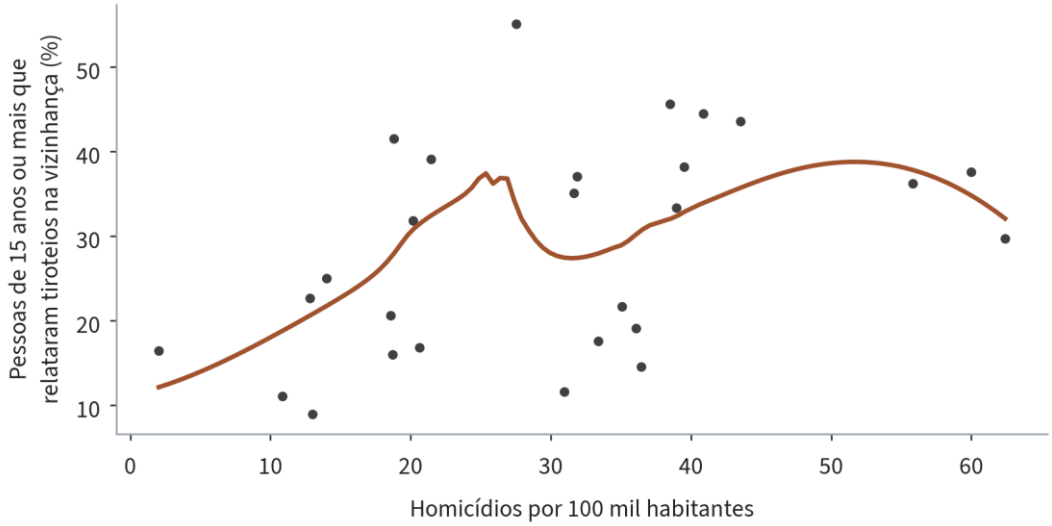


Fonte: Uppsala Conflict Data Program (2026) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

5.2. Análise de correlação entre as proxies da presença de GCOs na PNAD e com as taxas de homicídios

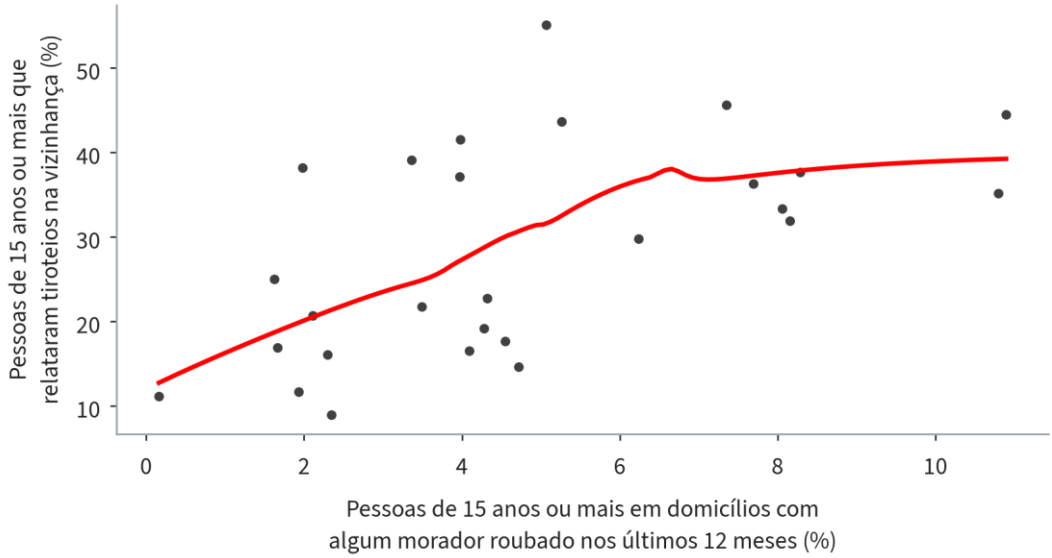
Depois de avaliar a qualidade dos dados do ACLED e do UCDP, analisamos a PNAD e os dados de saúde pública para verificar se há correlação entre diferentes práticas ligadas a grupos criminosos. Primeiro, observamos uma correlação positiva moderada entre a prevalência de tiroteios nas capitais brasileiras e as taxas de homicídios (**Figura 32**). Um padrão semelhante aparece na correlação entre tiroteios e roubos, embora a relação fique menos pronunciada à medida que as taxas de vitimização por roubo aumentam (**Figura 33**).

Figura 32 – Tiroteios vs. taxa de homicídios nas capitais brasileiras em 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) e Ministério da Saúde (2026).

Figura 33 – Tiroteios vs. roubos nas capitais brasileiras em 2021



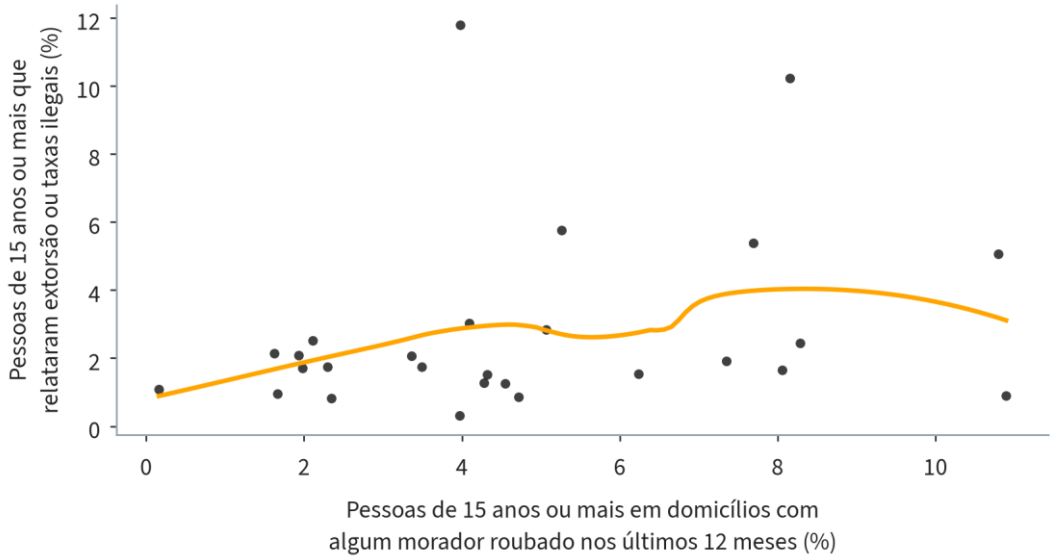
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Esses resultados estão de acordo com nossas expectativas: (i) a violência letal tende a acompanhar níveis mais altos de conflito entre atores criminosos, assim como confrontos mais intensos entre eles e a polícia (ambos medidos, por proxy, pelos relatos de tiroteios na PNAD); e (ii) os roubos são uma das formas de extração de renda exploradas por grupos criminosos.

Também encontramos uma relação não linear (padrão ondulatório) entre as taxas de extorsão e a vitimização por roubo, com dois picos e dois declínios (**Figura 34**). Por outro

lado, há uma correlação positiva e mais nítida entre a presença de atores armados não estatais e os roubos (**Figura 35**).

Figura 34 – Extorsão vs. roubos nas capitais brasileiras em 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Figura 35 – Presença de civis armados vs. roubos em 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Uma explicação possível para a ausência de relação linear entre extorsão e roubo é que a extorsão costuma estar associada a grupos parapoliciais (as chamadas milícias), como indicam Lessing et al. (2024). Esses grupos normalmente mantêm a ordem pública e

oferecem serviços de segurança privada em suas comunidades em troca das taxas ilegais que cobram dos cidadãos (Zaluar, 2012).

O percentual de civis armados nos bairros se correlaciona com a vitimização por roubo. Indivíduos armados nas proximidades costumam ser criminosos que impõem controle territorial ou seguranças privados. Assim, é provável que taxas de roubo mais altas resultem de uma maior presença de civis armados na área ou sejam a causa dela.

5.3. Análise de regressão com fatores de risco sociais como variáveis independentes

Esta seção analisa quais fatores socioeconômicos e demográficos costumam estar associados à variação da criminalidade e da violência em um período de cinco anos (2018-2022).

Estimamos quatro modelos de mínimos quadrados ordinários (MQO) no nível municipal, com quatro variáveis de resultado diferentes: (i) o logaritmo natural dos eventos violentos (com base no ACLED); (ii) uma variável binária (dummy) que indica se houve algum evento violento associado a um GCO no município em cada ano (com base no ACLED); (iii) a taxa de eventos violentos por 100 mil habitantes dos municípios (com base no ACLED); e (iv) a taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos municípios (com base em dados de saúde pública). Todas as regressões incluem efeitos fixos de ano e de estado, que controlam choques comuns a todos os municípios em cada ano e características fixas de cada estado. Assim, os coeficientes refletem diferenças entre municípios de um mesmo estado, e não variações ao longo do tempo dentro de cada município.

Como mostra a **Tabela 2**, as quatro proxies da presença e da atividade dos GCOs têm correlação positiva com o percentual de homens jovens no município (embora de magnitude pequena para a taxa de eventos violentos), a presença de uma rodovia federal, as taxas de evasão no ensino médio e o maior tamanho da população. A única variável que não mostra uma relação positiva consistente com a atividade dos GCOs é a taxa de

desemprego estadual, que não tem relação ou tem associação negativa com as variáveis dependentes.

Uma ampla literatura (Calderoni et al., 2022; Juárez et al., 2022; Sviatschi, 2022) indica que os homens jovens são o principal recurso humano das organizações criminosas em sua expansão. Os resultados são coerentes com essa literatura: como o recrutamento para atividades criminosas ocorre predominantemente entre homens jovens, as taxas de evasão no ensino médio e um percentual maior de homens de 15 a 29 anos no município tendem a se associar a mais homicídios e incidentes violentos ligados a grupos criminosos.

Oportunidades econômicas limitadas estão ligadas a maior criminalidade, já que os ganhos com atividades ilegais podem substituir postos no mercado de trabalho formal (Khanna et al., 2023). No entanto, não encontramos correlação positiva entre o desemprego estadual e a violência relacionada a GCOs no nível municipal. Isso pode se dever à falta de granularidade dos dados de desemprego ou à colinearidade entre essa variável estadual e os efeitos fixos de estado.

Por fim, a maior atividade e presença de GCOs tendem a ocorrer em centros urbanos densamente povoados, onde se localiza o mercado varejista de drogas (Csete et al., 2016; Campana e Meneghini, 2024), e em municípios com altos níveis de infraestrutura que os criminosos podem usar para escoar entorpecentes para mercados de alta demanda (Hall, 2010; Calamunci e Lonsky, 2022; UNODC e CoE, 2022). Medimos essas duas variáveis, por proxy, com duas dummies relativas ao tamanho do município em termos de população (segundo os critérios do IBGE para classificar municípios grandes e médios) e uma dummy que indica se a cidade é cortada por uma rodovia federal (que muitas vezes liga municípios pequenos a maiores ou dá acesso a regiões litorâneas, onde a droga é consumida ou exportada para outros países). Mais uma vez, os resultados da **Tabela 2** abaixo mostram a relação positiva e estatisticamente significativa entre as proxies da presença e da atividade dos GCOs e esses preditores.

Tabela 2 – Correlação entre indicadores e proxies da violência dos GCOs e características municipais no Brasil (2018-2022)

	Ln (eventos violentos + 1)	Presença de grupos criminosos violentos	Eventos violentos por 100 mil hab.	Taxa de homicídios por 100 mil hab.
Homens de 15 a 29 anos (p.p.)	0,016***	0,019***	0,038	0,727***
	(0,004)	(0,003)	(0,042)	(0,182)
Município cortado por rodovia federal	0,100***	0,084***	0,357***	2,456***
	(0,009)	(0,006)	(0,097)	(0,392)
Taxa de desemprego no estado (p.p.)	-0,008**	-0,009***	-0,210***	-0,073
	(0,003)	(0,003)	(0,052)	(0,158)
Taxa de evasão no ensino médio (p.p.)	0,002***	0,002***	0,056***	0,225***
	(0,001)	(0,001)	(0,010)	(0,033)
Município grande	3,525***	0,724***	6,175***	9,038***
	(0,156)	(0,019)	(1,148)	(1,431)
Município médio	1,379***	0,601***	2,425***	8,676***
	(0,053)	(0,014)	(0,302)	(0,833)
Efeitos fixos de estado?	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de ano?	Sim	Sim	Sim	Sim
N	27.804	27.804	27.804	27.804
R^2	0,50	0,22	0,10	0,20
R^2 ajustado	0,49	0,22	0,10	0,20

*Nota: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01 – erros-padrão agrupados no nível do município.*

Fonte: Armed Conflict Location & Event Data (2026), Ministério da Saúde (2026), Ministério da Saúde (2025), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026d), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2026a) e Ministério dos Transportes (2026).

6. Uma agenda para medir grupos criminosos organizados

Nesta seção, examinamos com mais detalhe algumas limitações dos dados que podem servir de proxy da presença e da atividade dos GCOs. Em seguida, apresentamos um referencial teórico para entender os fenômenos do crime organizado no Brasil e na América Latina. Por fim, oferecemos cinco alternativas para medir os GCOs na região, inspiradas em iniciativas já em andamento.

6.1. Limitações dos dados

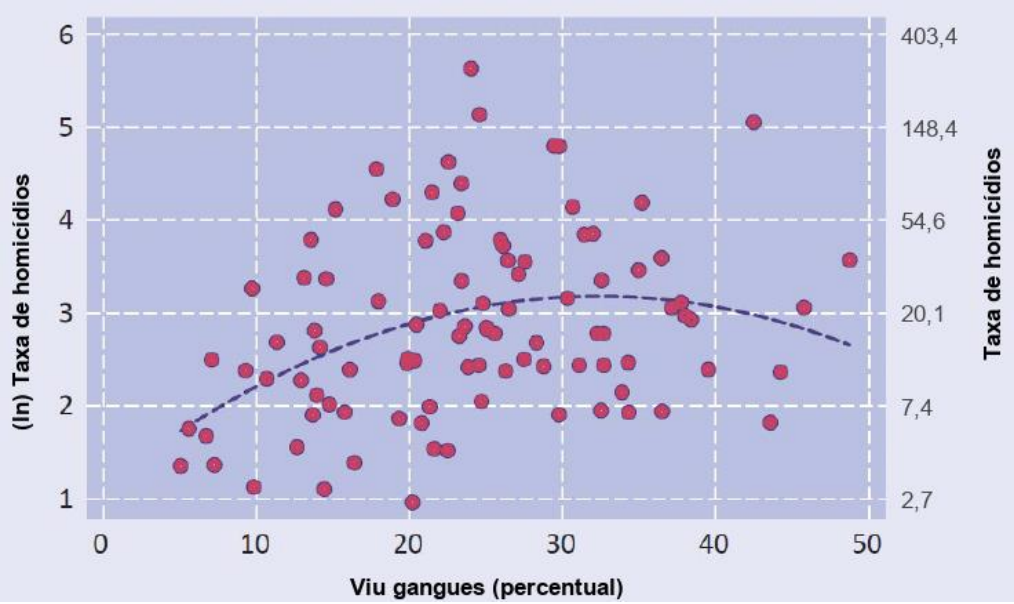
Embora as várias fontes de dados usadas neste relatório ofereçam uma primeira visão do crime organizado e dos GCOs no Brasil, permanece uma lacuna significativa de conhecimento sobre a presença, as atividades e as formas de controle territorial e social exercidas pelos GCOs. Medir esse fenômeno é difícil pelo caráter ilegal e oculto desses

negócios, que enviesa os dados observacionais, e também por preocupações de segurança com o envio de entrevistadores a áreas controladas por esses grupos, o que dificulta a geração de dados.

Há basicamente quatro fontes de dados ligadas à atividade dos GCOs disponíveis no Brasil: (i) as taxas de homicídios fornecidas pelo sistema de informação de saúde pública; (ii) a violência associada a grupos criminosos reunida por projetos internacionais que se baseiam em relatos da imprensa; (iii) as avaliações de grupos baseadas no sistema prisional, que mostram o nome da organização presente em cada estado; e (iv) as pesquisas conduzidas por órgãos governamentais, sociedade civil e academia.

Todas essas fontes têm limitações. Os indicadores de violência (homicídios e eventos violentos) costumam ser usados como proxy da presença de grupos criminosos e têm a vantagem de vir de fontes oficiais ou de veículos de imprensa confiáveis e de estar disponíveis para vários anos e no nível municipal. No entanto, a literatura tem enfatizado cada vez mais as limitações de usar a violência para medir a atividade dos GCOs. A violência está mais relacionada à competição e à fragmentação do que à presença do grupo em si (Garriga e Phillips, 2023; UNODC, 2023a). De fato, a análise da **subseção 5.2** indica que, embora a taxa de homicídios se correlacione com as medidas de pesquisa sobre tiroteios nas redondezas do domicílio no nível das capitais, a extorsão, prática típica de grupos com controle territorial consolidado, não mostra relação linear com a vitimização por roubo. Uma análise feita para o México pelo UNODC (UNODC, 2023a), ilustrada na **Figura 36** (extraída desse relatório), revela que não há relação linear no nível municipal entre as taxas de homicídios e a prevalência de gangues, medida por uma pesquisa que pergunta aos entrevistados se viram gangues nas redondezas do domicílio.

Figura 36 – Taxa de homicídios (ln) pela proporção de entrevistados que ouviram falar ou viram grupos violentos ou gangues perto de casa - México (2021)



Fonte: UNODC (2023a).

A tese por trás desse resultado contraintuitivo é que os grupos criminosos organizados, quando consolidam o controle sobre um território, tendem a exercer cada vez menos violência contra agentes do Estado, rivais criminosos e a população em geral. Isso ocorre porque, quando a influência do GCO está bem estabelecida, a oposição à sua atividade diminui (por parte de outros atores criminosos, das forças de segurança e dos civis locais).

Os órgãos governamentais divulgam apenas dados oficiais sobre grupos criminosos específicos no Brasil com base em avaliações do sistema prisional (Ministério da Justiça, 2023). No entanto, esses dados trazem apenas os nomes dos grupos e não captam diferenças de complexidade e de dinâmica dos negócios.

Por fim, as medidas de pesquisa são muito promissoras porque podem captar várias dimensões das atividades dos grupos criminosos e permitir comparações confiáveis no tempo e no espaço, mas têm coleta cara, mostram resultados de um único período e têm amostras de disponibilidade limitada.

6.2. Caminhos para coletar mais dados

O Brasil não tem hoje nenhum dado oficial que permita monitorar os grupos criminosos e sua atividade no tempo e no espaço. Isso torna praticamente impossível avaliar políticas voltadas ao poder desses grupos.

Esta seção sugere uma agenda para medir esses fenômenos considerando as várias dimensões do problema. É preciso medir mais do que o número e os nomes dos grupos. Qualquer política bem-sucedida para conter esses grupos provavelmente reduzirá seu poder, em vez de eliminá-los. Por isso, devemos nos concentrar em captar seus comportamentos, sobretudo os mais danosos.

Adotamos a definição de Monteiro et al. (2022) para identificar as dimensões da atividade dos grupos criminosos que precisam ser avaliadas. Esse trabalho caracteriza os grupos criminosos territoriais que atuam na América Latina por três características principais: (i) são organizações movidas pelo lucro que regulam e controlam ilegalmente a produção e a distribuição de diversas mercadorias e serviços em territórios específicos; (ii) têm capacidade de coerção e capacidade militar; e (iii) governam tanto criminosos quanto civis. Sua influência costuma se limitar a territórios específicos, que podem variar de uma favela no Rio de Janeiro a um município inteiro no México ou a vastas extensões de terra na floresta amazônica. Embora sejam empresas movidas pelo lucro, como qualquer forma de crime organizado, a base de sua operação são as rendas obtidas com a exploração de atividades econômicas em territórios específicos. Isso exige que desenvolvam capacidade militar para proteger o território de outros grupos e das forças de segurança, assim como capacidade de governo sobre os civis para ampliar seu poder nessas áreas.

Esse conceito orienta a mensuração de três elementos: (i) os mercados em que atuam; (ii) o controle territorial armado e a capacidade coercitiva; e (iii) a capacidade de governança sobre a vida dos civis. O principal desafio, porém, são as variações significativas entre territórios na forma como essas dimensões se expressam. Por exemplo, enquanto um grupo criminoso de uma localidade pode explorar o mercado de transporte irregular,

outro pode atuar exclusivamente no varejo local de drogas. Qualquer esforço sério para entender o problema precisa se apoiar em informações detalhadas e em uma abordagem ancorada no território, que leve em conta as especificidades de cada contexto.

Por isso, sugerimos cinco esforços complementares: (i) pesquisas domiciliares aplicadas pelo governo (em nível nacional); (ii) bases de dados de disque-denúncia; (iii) dados georreferenciados de colaboração coletiva, vindos de redes sociais e aplicativos móveis; (iv) mapas de áreas de alto risco desenvolvidos por empresas privadas; e (v) iniciativas da sociedade civil para identificar a presença de GCOs. Os quatro últimos são particularmente importantes para promover projetos de mapeamento em áreas muito afetadas pela presença e pela atividade de GCOs.

6.2.1. Pesquisas de vitimização aplicadas pelo governo

Complementar os questionários de pesquisas domiciliares em andamento parece ser a melhor opção para captar a presença, a atividade e as formas de governança criminal dos grupos criminosos organizados. Os dados de pesquisa oferecem maior precisão, flexibilidade para medir objetos de análise predeterminados e menos viés (Farrington, 2015; Office of Management and Budget, 2016). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode realizar essa pesquisa de vitimização periodicamente, como suplemento da PNAD, como fez no quarto trimestre de 2021. A pesquisa forneceria dados representativos dos estados brasileiros e de suas capitais, idealmente com periodicidade ao menos semestral. Embora a PNAD seja representativa, em seu nível mais granular, apenas no nível das capitais, a maior parte da atividade dos GCOs é um fenômeno urbano (o que atenua essa limitação).[6]

Uma boa referência é a *Encuesta Nacional de Seguridad Pública Urbana* (ENSU), realizada a cada trimestre em 91 cidades mexicanas pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI). O questionário cobre uma ampla gama de temas de segurança pública, de crimes

[6] As dinâmicas rurais precisarão ser captadas em exercícios complementares de mensuração. Isso é particularmente relevante na região amazônica, onde os GCOs estão se expandindo com uma dinâmica muito particular e explorando novos mercados, como o garimpo ilegal (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023a).

não letais à presença de gangues, incluindo questões como homicídios e práticas de extorsão (Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2025).

Para apoiar a implementação de uma pesquisa contínua desse tipo, propomos uma lista de perguntas (muitas delas extraídas de instrumentos de pesquisa existentes) que pode ajudar a construir um questionário capaz de gerar indicadores-chave sobre a prevalência, a evolução e a governança criminal dos GCOs.

Mercados

- Nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do seu domicílio, teve extorsão ou cobrança de taxas ilegais? – extraída de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

  Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.
- Marque todos os serviços e bens cujos preços são influenciados por grupos criminosos, ou que esses grupos controlam, ou para os quais determinam quem pode fornecer:

  ( ) Drogas ilícitas;
  ( ) Transporte local;
  ( ) Botijões de gás;
  ( ) Água engarrafada;
  ( ) Internet a cabo;
  ( ) Coleta de lixo;
  ( ) Terrenos;
  ( ) Outros.

Controle territorial (capacidade coercitiva e militar, violência)

- Nos últimos 12 meses, na área ao redor do seu domicílio, você viu alguma das seguintes pessoas:

  a) Integrantes de um grupo criminoso?

  Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

  b) Segurança privada?

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

c) A polícia?

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nos últimos 12 meses, na área ao redor do seu domicílio, você viu alguma das seguintes pessoas circulando com armas de fogo:

a) Integrantes de um grupo criminoso?

Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

b) Segurança privada?

Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio foi vítima de intimidação por grupos criminosos armados? – extraída de Mancha et al. (2024).

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do seu domicílio, teve troca de tiros ou brigas com armas de fogo? – extraída de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

Governança criminal[7]

- O grupo criminoso interfere (cobra taxas e/ou exige autorização) em quem pode abrir um negócio na comunidade?

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- O grupo criminoso interfere (cobra taxas e/ou exige autorização) em quem pode comprar e vender imóveis na comunidade?

[7] O instrumento de pesquisa precisa captar mais do que as atividades violentas promovidas por grupos criminosos. Do contrário, algumas regiões e territórios podem não indicar presença de grupos criminosos quando a organização é mais "discreta" em seu comportamento. Por exemplo, bairros de São Paulo podem ser interpretados erroneamente como livres da influência de GCOs em razão das formas não ostensivas de controle territorial do PCC (Hirata e Grillo, 2019), quando na verdade vivem formas de controle e presença menos visíveis, mas ainda significativas.

Respostas: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nas redondezas ou no bairro do seu domicílio, em casos de violência doméstica, com que frequência os seguintes atores intervêm:

  a) A polícia?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

  b) Grupos criminosos?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nas redondezas ou no bairro do seu domicílio, se alguém é roubado, com que frequência os seguintes atores intervêm:

  a) A polícia?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

  b) Grupos criminosos?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

- Nas redondezas ou no bairro do seu domicílio, se há música alta, com que frequência os seguintes atores intervêm:

  a) A polícia?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

  b) Grupos criminosos?

     Respostas: ( ) Frequentemente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca ( ) Não sabe ( ) Sem resposta.

Outras perguntas podem ser acrescentadas, como um item mais genérico em que os entrevistados dizem se viram grupos violentos ou gangues nas redondezas do domicílio, como na edição de 2021 da ENSU (UNODC, 2023a), ou uma pergunta sobre a proteção de

negócios contra roubos, como em Blattman et al. (2024). Ainda assim, esperamos que este questionário sucinto e específico cubra os indicadores-chave para medir a força dos GCOs em determinada área no Brasil e em outros países da América Latina (sobretudo porque se inspira em outras pesquisas realizadas na região sobre o tema).

Para validar a abordagem de mensuração, sugerimos aplicar essas perguntas em grupos focais e fazer pilotos em contextos semelhantes aos de uma pesquisa em várias regiões do Brasil antes da implementação.

A avaliação dos riscos para os entrevistadores em áreas de alto risco também merece atenção especial. Em muitos casos, as pesquisas domiciliares podem ser inviáveis, e outros pontos de contato, como locais de trabalho ou áreas comerciais, devem ser considerados, junto com plataformas colaborativas e serviços de denúncia, como descrito nas **subseções 6.2.2 e 6.2.3**.

6.2.2. Bases de dados de disque-denúncia

O Disque-Denúncia é uma central conhecida que registra denúncias anônimas de cidadãos sobre a presença e as atividades de grupos criminosos. Foi criado em 1995 no Rio de Janeiro, no auge da violência no município, para registrar em tempo integral incidentes relacionados à atividade criminosa (Muggah e Diniz, 2013). Essas denúncias são encaminhadas às autoridades das polícias Civil e Militar. Embora os relatos não sejam rastreados nem registrados para acompanhamento, ficam armazenados de forma sistemática em uma base que inclui data, local e descrição de cada evento (Monteiro e Rocha, 2017).

Duas iniciativas usam microdados do Disque-Denúncia local para identificar os polígonos de domínio de GCOs no Rio de Janeiro: o *Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*, criado pela ONG Fogo Cruzado (Fogo Cruzado, 2023) para o período de 2008 a 2023, e o artigo “Territorial Criminal Enterprises”, liderado pela professora Joana Monteiro (Monteiro et al., 2022). A principal vantagem do Disque-Denúncia, como demonstram os dois projetos, é que os dados estão disponíveis em um nível muito baixo de granularidade

(endereços) e trazem informações extensas sobre o comportamento dos GCOs em cada território. Monteiro et al. (2022) também mostram que essa base pode ser usada para acompanhar as atividades econômicas desses grupos e as formas de controle territorial exercidas por organizações criminosas específicas em cada polígono e bairro.

Embora o Disque-Denúncia tenha surgido no Rio de Janeiro, centrais semelhantes foram criadas nos anos 2000 em estados como São Paulo, Pernambuco, Bahia e Paraná, mas com menor participação da população. Biderman et al. (2019) usaram dados do Disque-Denúncia de São Paulo para analisar as periferias e favelas onde o PCC estava presente e medir o impacto dessa presença sobre os homicídios.

Lessing et al. (2024) mostram que o Disque-Denúncia também pode servir de plataforma de pesquisa. Os autores aplicaram um questionário por meio dos operadores do Disque-Denúncia ao fim do registro da ligação inicial, com base no local de residência de quem ligou e independentemente do conteúdo da ligação original. As pessoas que ligaram das comunidades-alvo foram convidadas a responder a um conjunto de perguntas adicionais. Ao todo, foram concluídas 337 entrevistas em 191 favelas, em dois períodos de coleta: setembro a dezembro de 2020 e fevereiro a março de 2021. A pesquisa captou as restrições de mobilidade impostas por grupos criminosos durante a pandemia de covid-19.

No entanto, o Brasil ainda não tem um disque-denúncia nacional unificado para informar atividades criminosas. A única central nacional disponível hoje é o Disque 100, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos dedicada a receber e processar denúncias de violações de direitos humanos (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2026). Um disque-denúncia nos moldes do Disque-Denúncia, mas com cobertura nacional como a do Disque 100, poderia ser implementado no Brasil e, com mais facilidade, em países latino-americanos menores, com populações menores e extensão geográfica mais limitada.

Um fator-chave ao promover essa iniciativa são os incentivos para que os cidadãos denunciem. No Rio de Janeiro, o Disque-Denúncia colabora de perto com a polícia e

aparece com frequência no noticiário como fonte de informações que orientam ações policiais.

6.2.3. Dados georreferenciados de colaboração coletiva vindos de redes sociais e aplicativos móveis

Outras fontes que se apoiam em informações de civis para documentar a violência praticada por GCOs e o controle territorial de facções do tráfico e grupos paramilitares incluem os relatos colaborativos feitos por cidadãos em redes sociais e aplicativos móveis.

O exemplo mais conhecido é o Fogo Cruzado (2025), que usa um aplicativo móvel para que cidadãos informem casos de roubos (ou tentativas de roubo), homicídios (ou tentativas de homicídio), balas perdidas, tiroteios ou operações policiais. Os usuários informam a data e o local da violência armada, assim como outras especificidades das possíveis vítimas (como gênero e faixa etária)[8].

Trudeau (2022) usa dados do Fogo Cruzado para avaliar o efeito da suspensão das incursões policiais militarizadas no Rio de Janeiro em 2020 (por decisão do Supremo Tribunal Federal) e encontra evidências de que essa interrupção reduziu a violência policial e a violência praticada por civis na Região Metropolitana.

Outras duas iniciativas vêm do Crime News (2025), com o *Mapa das Facções do Rio de Janeiro*, e do Pista News (2025), com o *Mapa das Favelas*. Os dois mapeamentos se apoiam em notícias da imprensa e em informações fornecidas por usuários dos sites e das redes sociais dessas organizações para avaliar quais grupos criminosos específicos controlam as favelas, os bairros de baixa renda e os conjuntos habitacionais do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia usada na construção desses mapeamentos não é explicada nem documentada, e esses projetos oferecem apenas os polígonos de domínio dos grupos, sem nenhum detalhe adicional. No entanto, esses mapas são atualizados continuamente, o que dá acesso ao domínio territorial atual dos GCOs.

[8] A ONG também usa dados de outras fontes coletados por integrantes de sua equipe, como informações de redes sociais, notícias da imprensa e dados do governo.

Esses mapeamentos já são usados em pesquisas acadêmicas. Por exemplo, Cavgias et al. (2023) usam dados do Pista News e relatos do Disque-Denúncia para examinar se os padrões de distanciamento social no pico da pandemia de covid-19 variaram entre áreas com e sem presença de grupos criminosos. Os resultados indicam que as áreas controladas por milícias tiveram menor adesão às determinações de saúde pública.

6.2.4. Mapas de áreas de alto risco desenvolvidos por empresas privadas

O crime organizado na América Latina é formado essencialmente por empreendimentos criminosos territoriais (como destacado na **subseção 6.2**), e a maximização do lucro em diferentes mercados legais e ilegais é seu principal objetivo.

Esses grupos muitas vezes se infiltram em vários mercados e interferem na prestação de serviços públicos essenciais, como transporte, eletricidade e abastecimento de água, o que frequentemente restringe o acesso dos moradores a esses bens essenciais ou os obriga a pagar preços de monopólio inflados, como costuma ocorrer no Rio de Janeiro (Monteiro et al., 2022).

Para proteger essas atividades econômicas e afirmar seu controle territorial, esses grupos muitas vezes impedem que empresas atuem nas regiões sob seu domínio. Um exemplo clássico desse fenômeno é a distribuidora de energia do Rio de Janeiro, a Light S/A, que não consegue entrar em áreas controladas por facções do tráfico e milícias. Esses grupos restringem a entrada dos técnicos da empresa e, ao mesmo tempo, operam ligações clandestinas de energia, fornecendo eletricidade aos moradores em troca de uma taxa fixa paga aos grupos criminosos organizados que controlam a área.

Por isso, essas empresas têm investido em mapeamentos para avaliar os territórios onde os GCOs atuam. A ONG Laboratório para a Redução da Violência (Leme, liderada pela professora Joana Monteiro e encarregada de preparar o presente relatório) conduz atualmente um mapeamento de territórios de alto risco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro para a Light S/A.

Empresas como a Águas do Rio e a Uber já têm mapeamentos preliminares de áreas de alto risco onde os GCOs costumam atuar. O desafio, nesse caso, é garantir que essas iniciativas sigam uma metodologia coerente e usem mecanismos de validação corretos (como no projeto feito pelo Leme para a Light).

Outras iniciativas semelhantes podem ser propostas em parceria com empresas e organizações de segmentos de mercado particularmente afetados por esse problema, como plataformas de transporte individual, empresas de água e provedores de TV e internet no Brasil e em outros países da região.

6.2.5. Iniciativas da sociedade civil para identificar a presença de GCOs

Em regiões afetadas mais amplas e isoladas, onde a presença de GCOs se estende por vários municípios, como a Amazônia Legal, os mapeamentos precisam recorrer a uma metodologia mais flexível e plural para avaliar a presença e a atividade de grupos criminosos.

O mapeamento do Amazon Underworld (2023) coleta dados de fontes abertas e documentos de acesso restrito, entrevistas e grupos focais com lideranças indígenas e integrantes de organizações presentes na Amazônia. Ele também usa imagens de satélite para medir quais grupos específicos estão presentes em cada município da região.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023a) fez entrevistas com profissionais de segurança pública e lideranças comunitárias, analisou notícias da imprensa local e nacional e avaliou dados administrativos para fazer um mapeamento muito semelhante para a Amazônia.

A única limitação desses dois mapas é que a informação sobre a presença de GCOs só está disponível no nível municipal.

A vantagem dessas iniciativas de ONGs é que elas são sensíveis ao contexto e se baseiam na coleta de dados por movimentos sociais e outras organizações que estão “no território” e conhecem a fundo as especificidades desses territórios complexos.

Algumas dessas iniciativas já ocorrem em outros países da América Latina. Por exemplo, o Amazon Underworld (2023) traz dados sobre a presença de GCOs em municípios de todos os países por onde a floresta amazônica se estende (como Peru e Venezuela).

7. Conclusão

Este relatório buscou consolidar, analisar e avaliar criticamente os dados disponíveis sobre crime organizado e violência no Brasil (pesquisas, dados administrativos, iniciativas de mapeamento e outros projetos que consolidam dados com base em notícias da imprensa) em múltiplas dimensões da segurança pública.

Os órgãos de governo avançaram na coleta de dados sobre a presença e as atividades dos grupos criminosos organizados (GCOs). Entre os exemplos estão a pesquisa de vitimização da PNAD e a compilação de grupos criminosos nos sistemas prisionais estaduais feita pela SENAPPEN. Ainda assim, organizações não governamentais (ONGs) e iniciativas acadêmicas lideram a oferta pública de informações sobre o crime organizado. Há vários exemplos desse esforço: o mapeamento de facções criminosas do FBSP, os projetos internacionais de dados que monitoram incidentes violentos ligados a GCOs (como ACLED e UCDP) e diversos artigos e projetos que apresentam dados sobre a prevalência de grupos criminosos em municípios brasileiros específicos (Biderman et al., 2019; Monteiro et al., 2022; Fogo Cruzado, 2023; Mancha et al., 2024).

Este relatório indica que, apesar dos esforços recentes para ampliar a disponibilidade de dados sobre criminalidade e crime organizado, as informações de segurança pública continuam fragmentadas, inconsistentes e limitadas em granularidade geográfica e temporal.

Apesar das deficiências significativas dos dados, ainda é possível chegar a algumas conclusões. Os resultados aqui apresentados mostram que o Brasil continua a enfrentar desafios consideráveis com as atividades dos GCOs em muitos municípios. Embora o número de eventos violentos associados aos GCOs tenha oscilado nos últimos anos, sem

tendência sustentada de alta, o domínio e a expansão dos dois principais grupos criminosos, o PCC e o Comando Vermelho, se consolidaram, com presença agora estabelecida em quase todos os estados.

Por outro lado, as taxas de homicídios caíram nos últimos anos, em especial no Norte e no Nordeste, embora essas regiões ainda concentrem a maior parte dos homicídios do país. Porém, as baixas taxas de esclarecimento de homicídios e as discrepâncias entre as pesquisas de vitimização e os registros criminais oficiais apontam para fragilidades institucionais persistentes na aplicação da lei, no registro de dados e nos mecanismos de prestação de contas.

A parte final do relatório sugere a realização de pesquisas contínuas de vitimização para preencher as lacunas dos dados de segurança pública disponíveis no Brasil. Propomos uma série de itens de pesquisa desenhados para captar de forma consistente a presença, as atividades e o controle territorial exercido pelos grupos criminosos organizados (GCOs), a serem aplicados em todo o país com uma amostra representativa no nível das capitais. Sugerimos complementar essa iniciativa com mapeamentos locais de alta granularidade em áreas onde o problema do controle territorial e social dos grupos criminosos é mais agudo, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Esses mapeamentos locais devem se apoiar em dados fornecidos por empresas privadas, bases de disque-denúncia, avaliações de ONGs sobre regiões controladas e dados de colaboração coletiva vindos de redes sociais e aplicativos móveis.

Este relatório enfatiza a importância de ONGs, academia e organizações multilaterais (como o BID) para estimular o governo a produzir dados nacionais de alta qualidade sobre o tema nos últimos anos. Embora esses parceiros tenham papel central na promoção da inovação, apenas o governo nacional tem capacidade e orçamento para conduzir projetos específicos de coleta de dados, como pesquisas periódicas e representativas no nível dos estados ou das grandes cidades. Isso é essencial dada a grande variação dos fenômenos entre os estados brasileiros.

Referências

Amazon Underworld. (2023). *Criminal Economies in the World's largest rainforest*. https://amazonwatch.org/assets/files/2023-11-amazon-underworld.pdf.

Armed Conflict Location & Event Data. (2026). *ACLED - Latin America & the Caribbean Curated Data.* https://acleddata.com/latin-america-and-the-caribbean/#curated.

Biderman, C., De Mello, J. M., De Lima, R. S., & Schneider, A. (2019). Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. *Journal of Quantitative Criminology, 35,* 573-605. https://link.springer.com/article/10.1007/s10940-018-9393-x

Blattman, C., Duncan, G., Lessing, B., & Tobón, S. (2024). Gang rule: Understanding and countering criminal governance. *Review of Economic Studies, rdae079*. https://academic.oup.com/restud/advance-article-abstract/doi/10.1093/restud/rdae079/7749621.

Brasil. (2013). Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm.

Calamunci, F., & Lonsky, J. (2022). Highway to Hell? Interstate Highway System and Crime. IZA DP, *n. 15800*. https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep65701.pdf?acceptTC=true&coverpage=false&addFooter=false.

Calderoni, F., Comunale, T., Campedelli, G. M., Marchesi, M., Manzi, D., & Frualdo, N. (2022). Organized crime groups: A systematic review of individual-level risk factors related to recruitment. *Campbell systematic reviews*, *18*(1), e1218. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cl2.1218.

Campana, P., & Meneghini, C. (2024). Organised crime movement across local communities: A network approach. *Trends in Organized Crime*, *27*(3), 286-313. https://link.springer.com/article/10.1007/s12117-024-09531-7.

Cavgias, A., Bruce, R., & Meloni, L. (2023). Policy enforcement in the presence of organized crime: Evidence from Rio de Janeiro. *Journal of Development Economics*, *162*, 103071. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387823000263.

Conselho Nacional de Justiça. (2023). *Pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro*. https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/pesquisa-sobre-percepcao-e-avaliacao-do-poder-judiciario-brasileiro/.

Conselho Nacional de Justiça. (2024a). *Estatísticas do Poder Judiciário*. https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/.

Conselho Nacional de Justiça. (2024b). *Mapa dos Tribunais e Conselhos*. https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/mapa-dos-tribunais-e-conselhos/.

Crime News. (2025). *Mapa das Facções do Rio de Janeiro*. https://crimesnews.com.br/mapa-das-faccoes-do-rio-de-janeiro/2/.

Csete, J., Kamarulzaman, A., Kazatchkine, M., Altice, F., Balicki, M., Buxton, J. & Beyrer, C. (2016). Public health and international drug policy. *The Lancet*, *387*(10026), 1427-1480. https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(16)00619-X/abstract.

Farrington, D. P. (2015). Prospective longitudinal research on the development of offending. *Australian & New Zealand Journal of Criminology, 48*(3), 314-335. https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0004865815590461.

Finckenauer, J. O. (2005). Problems of definition: what is organized crime? *Trends in organized crime, 8*(3), 63-83. https://link.springer.com/article/10.1007/s12117-005-1038-4.

Fogo Cruzado. (2023). *Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*. https://fogocruzado.org.br/mapadosgruposarmados.

Fogo Cruzado. (2025). *Ocorrências de Violência Armada*. https://api.fogocruzado.org.br/.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2014 a 2017: Edição Especial de 2018*. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023a). *Cartografias da violência na Amazônia*. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/ca0bcac7-31b6-4123-adb1-2a6fc5c0b95d.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023b). *Raio-x das forças de segurança pública no Brasil*. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/9628cf35-d687-4588-abd3-cd8628634ca6.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026a). *20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2026*. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026b). *Raio-X das Forças de Segurança Pública do Brasil, 2ª edição*. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/08/raio-x-forcas-seguranca-2026-tabelas.xlsx.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Instituto Datafolha. (2024). *Pesquisa de vitimização e percepção sobre violência e segurança pública*. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/7fa763d3-5250-4f29-a91a-6c3d6d27a7af/content.

Fundação Getulio Vargas. (2021). *FGV DIREITO SP - Índice de Confiança na Justiça Brasileira – ICJBrasil*. https://repositorio.fgv.br/handle/10438/6618.

Garriga, A. C., & Phillips, B. J. (2023). Organized crime and foreign direct investment: Evidence from criminal groups in Mexico. *Journal of Conflict Resolution*, *67*(9), 1675-1703. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00220027221145870.

Hall, T. (2010). Economic geography and organized crime: A critical review. *Geoforum, 41*(6), 841-845. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718510000783.

Humanitarian Data Exchange. (2026). *Brazil Buildings (OpenStreetMap Export)*. https://data.humdata.org/dataset/hotosm_bra_buildings.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 4º Trimestre de 2021 – Suplemento de Vitimização: Sensação de segurança*. https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2021/.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2026a). *Estimativas da População*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2026b). *Produto Interno Bruto dos Municípios*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=38672.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2026c). *Malha Municipal 2025*. https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2026d). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados.

Instituto de Segurança Pública. (2026). *ISP – Dados Abertos*. https://www.ispdados.rj.gov.br/.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. (2025). Encuesta Nacional de Seguridad Pública Urbana (ENSU). *Principales resultados, cuarto trimestre 2024 (Executive Presentation)*. https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/ensu/doc/ensu2024_diciembre_presentacion_ejecutiva.pdf.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2026a). *Taxas de Transição*. https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-transicao.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2026b). *Resultados do Ideb*. https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2026a). *TerraBrasilis - Incremento no desmatamento da Amazônia Legal a partir de 2008*.

https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/geonetwork/srv/eng/catalog.search#/metadata/a5220c18-f7fa-4e3e-b39b-feeb3ccc4830.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2026b). *BDQueimadas*. https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/.

Instituto Sou da Paz. (2023). *Onde Mora a Impunidade? Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios – 6ª Edição*. https://lp.soudapaz.org/onde-mora-a-impunidade23#rd-column-lsdsv9zx.

Instituto Sou da Paz. (2025). *Onde Mora a Impunidade? Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios – 8ª Edição*. https://soudapaz.org/documentos/onde-mora-a-impunidade-8aedicao/.

Juárez, N. C., Urdal, H., & Vadlamannati, K. C. (2022). The significance of age structure, education, and youth unemployment for explaining subnational variation in violent youth crime in Mexico. *Conflict Management and Peace Science*, *39*(1), 49-73. https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0738894220946324.

Khanna, G., Medina, C., Nyshadham, A., Tamayo, J., & Torres, N. (2023). Formal employment and organised crime: Regression discontinuity evidence from Colombia. *The Economic Journal*, *133*(654), 2427-2448. https://academic.oup.com/ej/article-abstract/133/654/2427/7104056.

Lessing, B., Monteiro, J., & Tobon, S. (2024). Criminal governance in times of crisis: Evidence from the COVID-19 outbreak in Rio de Janeiro. *Working Paper*. https://repository.eafit.edu.co/items/8d3a28b7-0993-4e6e-8adb-cf5f3c4d8831.

Mancha, A., Weintraub, M., Monteiro, J. (2024). A New Path to Police Reform? Effects of a New Police Squad in Ceará, Brazil. *Unpublished Working Paper*.

Manso, B. P., & Dias, C. N. (2017). PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, *11*(2), 10-29. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=688876727001.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2019). *Sistema AdaptaBrasil MCTI*. https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/.

Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Políticas Penais. (2023). Relatório do Mapa de Orcrim. https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2024/02/relatorio-do-mapa-de-orcrim.pdf.

Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria Nacional de Políticas Penais. (2026). *Bases de Dados do SISDEPEN*. https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados.

Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria Nacional de Segurança Pública. (2026). *Base de Dados e Notas Metodológicas dos Gestores Estaduais – Sinesp VDE 2015 a 2026*.

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dnsp-base-de-dados.

Ministério da Saúde. (2025). *População Residente - Estudo de Estimativas Populacionais por Município, Idade e Sexo 2000-2025 – Brasil*. http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def.

Ministério da Saúde. (2026). *Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) – Microdados*. ftp://ftp.datasus.gov.br/dissemin/publicos/SIM/.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2024a). *Censo SUAS – Bases e Resultados*. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2024b). *Famílias por faixa de renda com cadastro atualizado no Cadastro Único*. https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/familias-por-faixa-de-renda-com-cadastro-atualizado-no-cadastro-unico.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2026). *Censo SUAS 2024*. https://github.com/Sagicad-MDS/censo-suas-2024.

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. (2026). *Disque Direitos Humanos (Disque 100)*. https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/disque100.

Ministério dos Transportes. (2026). Mapas nacionais e Bases georreferenciadas. https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bit-mapas.

Monteiro, J. C. M., & Caballero, B. (2021). Crimes e violência. In C. D. Shikida, L. Monasterio, & P. F. Nery (Eds.). *Guia brasileiro de análise de dados: Armadilhas & soluções, vol. 1*, pp. 126–169). ENAP. https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6039.

Monteiro, J., Fagundes, E., Carvalho, M., & Chaves, R. (2022). Territorial Criminal Enterprises *Working Paper.* https://static1.squarespace.com/static/5b7ea2794cde7a79e7c00582/t/649ec895945d72095355cec5/1688127637932/territorial-criminal.pdf.

Monteiro, J., & Rocha, R. (2017). Drug battles and school achievement: evidence from Rio de Janeiro's favelas. *Review of Economics and Statistics*, *99*(2), 213-228. https://direct.mit.edu/rest/article-abstract/99/2/213/58392/Drug-Battles-and-School-Achievement-Evidence-from.

Muggah, R., & Diniz, G. (2013). Using information and communication technologies for violence prevention in Latin America. *In F. Mancini (Ed.), New technology and the prevention of violence and conflict (pp. 28-41). International Peace Institute*. https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep09625.6.pdf.

Office of Management and Budget. (2016). *Using administrative and survey data to build evidence. Commission on Evidence-Based Policymaking*.

https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/omb/mgmt-gpra/using_administrative_and_survey_data_to_build_evidence_0.pdf.

Pista News. (2025). *Mapa das Favelas*. https://sites.google.com/view/pistanews/mapadasfavelas-PistaNews?authuser=0.

Polícia Federal – Coordenação Geral de Tecnologia e Informação. (2026a). *SINARM – CSV*. https://servicos.dpf.gov.br/dadosabertos/SINARM_CSV/.

Polícia Federal – Coordenação Geral de Tecnologia e Informação. (2026b). *PALAS*. https://servicos.dpf.gov.br/dadosabertos/PALAS/.

Raleigh, C., Kishi, R., & Linke, A. (2023). Political instability patterns are obscured by conflict dataset scope conditions, sources, and coding choices. *Humanities and Social Sciences Communications, 10*(1), 1-17. https://www.nature.com/articles/s41599-023-01559-4.

Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. (2022). *Dados Cartográficos – Garimpo Ilegal*. https://www.raisg.org/pt-br/mapas/.

Secretaria da Segurança Pública da Bahia. (2026). *Estatística*. https://ssp.ba.gov.br/corregedoria/estatistica/.

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. (2026). *Números sem Mistério*. https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – Governo do Estado do Ceará. (2026). Estatísticas. https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/.

Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. (2026). Dados Estaduais de Segurança Pública de Pernambuco – Painel de Indicadores Criminais. https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. (2026). Crimes Violentos. https://dados.mg.gov.br/dataset/crimes-violentos.

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. (2026). *Estatísticas e Relatórios Temáticos*. https://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/.

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas. (2026). *Estatísticas de criminalidade no Estado do Amazonas*. https://ssp.am.gov.br/ssp-dados/.

Stahlberg, S. G. (2022). From prison gangs to transnational mafia: the expansion of organized crime in Brazil. *Trends in Organized Crime, 25*(4), 443-465. https://link.springer.com/article/10.1007/s12117-022-09453-2.

Sviatschi, M. M. (2022). Making a narco: Childhood exposure to illegal labor markets and criminal life paths. *Econometrica*, *90*(4), 1835-1878. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.3982/ECTA17082.

Trindade, A., & Durante, M. (2019). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 12*(2), 239-265. https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17794.

Trudeau, J. (2022). Limiting aggressive policing can reduce police and civilian violence. *World development*, *160*, 105961. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X22001516.

UNODC & CoE. (2022). *Brazil in the regional and transatlantic cocaine supply chain: The impact of COVID-19*. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Cocaine_Insights4_2022.pdf.

UNODC. (2023a). *Global Study on Homicide 2023: Homicide and Organized Crime in Latin America and the Caribbean*. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH_2023_LAC_web.pdf.

UNODC. (2023b). *Global study on homicide 2023. United Nations*. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf.

Uppsala Conflict Data Program. (2026). *UCDP Georeferenced Event Dataset (GED) Global version 26.1.* https://ucdp.uu.se/downloads/.

Valente, R., & Vacchiano, M. (2021). Determinants of the fear of crime in Argentina and Brazil: A cross-country comparison of non-criminal and environmental factors affecting feelings of insecurity. *Social Indicators Research*, *154*, 1077-1096. https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-020-02545-y.

Zaluar, A. (2012). Turf war in Rio de Janeiro: youth, drug traffic, guns and hyper-masculinity. In *The urban fabric of crime and fear* (pp. 217-237). Dordrecht: Springer Netherlands. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-007-4210-9_9.